



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE MAIO DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo PS, sobre a redução do IVA da eletricidade como medida de combate à pobreza energética, foram apreciados e votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [132/XVI/1.ª](#) (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA, que foi aprovado, [135/XVI/1.ª](#) (IL) — Redução do IVA da eletricidade para a taxa reduzida de 6 % (alteração ao

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado, [137/XVI/1.ª](#) (PAN) — Combate a pobreza energética por via do alargamento dos beneficiários das tarifas sociais de eletricidade e de fornecimento de gás natural, alterando o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro, que foi rejeitado, [138/XVI/1.ª](#) (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade, que foi rejeitado, [141/XVI/1.ª](#) (PCP) —

Redução do IVA da energia e das telecomunicações (altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado, [145/XVI/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável à eletricidade, que foi rejeitado, [147/XVI/1.ª](#) (L) — Reduz o IVA da eletricidade e do gás para 6 %, que foi rejeitado, [148/XVI/1.ª](#) (BE) — Garante o direito de acesso à energia como bem de primeira necessidade (sétima alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho – Lei dos serviços públicos essenciais), que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [109/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima empreenda um debate público alargado e coloque a erradicação da pobreza energética até 2050 como uma das principais prioridades e [114/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para maior eficiência energética e conforto habitacional através do reforço do Programa 3C – Casa, Conforto e Clima, que foram aprovados.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Carlos Cação](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Marisa Matias](#) (BE), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Nelson Brito](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Carlos Brás](#) (PS), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Sérgio Ávila e Marina Gonçalves](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Nunes](#) (CH), [Salvador Malheiro](#) (PSD) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS). No encerramento do debate, usou da palavra o Deputado [Hugo Costa](#) (PS).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de alunos e professores de várias escolas, que foram aplaudidos pela Câmara.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 142 e [153/XVI/1.ª](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs 116 e [117/XVI/1.ª](#).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [72/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo

PSD) — De pesar pela morte do estilista Manuel Alves, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [153/XVI/1.ª](#) (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L e CDS-PP) — Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões. No fim, o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE) proferiu uma declaração de voto.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [6/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de gabinetes de atendimento à vítima de violência doméstica nos DIAP em todas as comarcas judiciais no território nacional.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [19/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a reversão da alteração ao artigo 4.º do Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, operada pelo Despacho n.º 7647/202, e [56/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à nomeação da Comissão para a elaboração de uma estratégia de prevenção do assédio no ensino superior.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [139/XVI/1.ª](#) (PCP) — Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores.

Deu-se conta de quatro Deputados do PS e de um Deputado do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 46 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, muito bom dia, está aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 1 minuto.*

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias, por favor.

*Pausa.*

O Sr. Secretário indica-me que não há expediente para leitura.

Creio que os grupos parlamentares estão todos presentes e, portanto, estamos em condições de começar os nossos trabalhos.

A nossa ordem do dia, fixada pelo Partido Socialista, tem no primeiro ponto a discussão da redução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da eletricidade como medida de combate à pobreza energética, seguindo-se um segundo ponto com as votações regimentais.

*Pausa.*

Para uma intervenção, vou começar por dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Entre os mais nobres objetivos da política está a construção de soluções que contribuam para melhorar a vida dos cidadãos, enquanto membros de uma comunidade que se quer solidária.

O projeto de lei que o Partido Socialista apresenta hoje terá um impacto direto no orçamento das pessoas, beneficiando mais de 3 milhões de famílias com a descida do IVA da eletricidade para 6 %.

O custo da energia é, ainda hoje, uma limitação na vida de muitos agregados familiares, com um impacto significativo não só nos seus rendimentos, mas também no conforto e até na dignidade das casas onde vivem. Por isso, para o Partido Socialista, o combate à pobreza energética deve ser uma das prioridades das políticas públicas.

Fruto da ação dos Governos do Partido Socialista, a taxa reduzida de 6 % já é hoje aplicada ao fornecimento de eletricidade para consumo, com exclusão das suas componentes fixas, e foi também introduzida uma redução transitória do IVA para os níveis de consumo mais baixos, que abrange 300 000 famílias.

Agora propomos que a taxa reduzida de IVA se torne permanente e se aplique a consumos superiores, passando, assim, a abranger mais de 3 milhões de famílias.

*Aplausos do PS.*

Esta é uma iniciativa equilibrada, porque é financeiramente responsável — as contas estão feitas e constam do cenário macroeconómico do Partido Socialista —; é socialmente justa, focada em proporcionar alívio económico a famílias de forma direcionada e equitativa; e mantém também o princípio de que se deve continuar a fomentar um uso eficiente da energia elétrica, sendo por isso que não estendemos o IVA de 6 % para consumos mais elevados.

Com a aprovação deste projeto de lei, para o qual esperamos poder contar com os votos favoráveis de todas as bancadas, estarão asseguradas as cinco medidas com as quais o Partido Socialista se comprometeu no início desta Legislatura e que aproveito para recordar: o aumento de 800 € na dedução das rendas em sede de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares); a não contabilização dos rendimentos dos filhos para o acesso ao complemento solidário para idosos, uma medida inicialmente agendada pelo PS e posteriormente aprovada pelo Governo — já está até publicada em *Diário da República* e consideramo-la cumprida —; a eliminação das portagens nas ex-SCUT (sem custo para o utilizador), uma iniciativa que se encontra em discussão na especialidade e que é de enorme importância ao nível da coesão territorial; e o alargamento do apoio ao alojamento estudantil até ao 6.º escalão. Esta última medida foi, aliás, a única medida aprovada nesta Assembleia na passada quarta-feira, tendo, apesar de tudo, contado com os votos contra da bancada do PSD e do CDS, o que é curioso, tendo em conta que o Governo a aprovou no dia seguinte em Conselho de Ministros.

*Aplausos do PS.*

Isto apesar de essa proposta não constar nem do Programa Eleitoral da AD (Aliança Democrática) nem do Programa do Governo. É caso para dizer o que fará o Governo quando deixar de ir buscar ideias ao Programa Eleitoral do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

Hoje, apresentamos a quinta medida: o alargamento da taxa reduzida de IVA, de 6 %, para consumos mais elevados. É uma medida que, como disse, alcança o melhor equilíbrio entre a justiça social, a sustentabilidade orçamental e a responsabilidade ambiental, pelo que esperamos poder contar com os votos favoráveis de todos os grupos parlamentares.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a agenda do Partido Socialista é clara: cumprir os compromissos que constam do nosso programa eleitoral,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... honrando o compromisso com os portugueses. Este é o mandato que os eleitores nos conferiram e que continuaremos a cumprir.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Deram entrada cinco pedidos de esclarecimento, tendo a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão informado a Mesa de que responderá primeiro a dois e depois a três.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, a taxa de IVA sobre a eletricidade e o gás aumentou em 2011 por única e exclusiva responsabilidade do Partido Socialista.

Foi o Governo do PS de José Sócrates que assinou, em maio de 2011, o Memorando com a troica,...

*Protestos do Deputado do PS Hugo Costa.*

... que previa não só o aumento da taxa do IVA, como a transferência dos bens e serviços das taxas mínima e intermédia para a taxa nominal.

Por isso, quando fala de IVA, a primeira coisa que o PS deveria fazer era pedir desculpa aos portugueses por ter provocado a bancarrota em 2011 e por ter acordado com a troica o aumento da taxa do IVA sobre a eletricidade e sobre o gás.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Era o mínimo que se impunha, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Quanto à proposta que agora está em discussão, a mesma é absolutamente irrisória.

*Protestos do PS.*

A proposta apresentada dá, em média, uma redução na fatura de eletricidade de 1 € por mês, por família. Eu repito: dá uma redução de 1 € por mês, por família!

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

E por isso, face a isto — e depois de o PS ter deixado um recorde de carga fiscal ao fim de oito anos de governação —, a pergunta que lhe faço, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é a seguinte: a grande medida do PS, em matéria de IVA, não vale mais do que um café por mês, por família?

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Cação, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, o tema da pobreza energética mereceu uma particular atenção por parte do PSD. Apresentámos, aliás, diversas iniciativas na Legislatura anterior no sentido de combater esta realidade, que, infelizmente, mereceram sempre o voto contra do Partido Socialista.

Na verdade, apesar de esta problemática afetar um quarto da população portuguesa, o passado recente ficou marcado pela incapacidade do Partido Socialista de dar resposta às pessoas que vivem em condições de desconforto térmico nas suas casas.

Após mais de 20 anos de governação socialista, Portugal é um dos cinco países da União Europeia com a maior taxa de população que não consegue aquecer devidamente as suas casas. Temos claramente consciência deste diagnóstico que herdámos e de que a problemática da pobreza energética apresenta desafios em múltiplas dimensões. Faz-se, sobretudo, pelo combate às perdas térmicas nas habitações, pelo aumento da eficiência energética do nosso edificado,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Hugo Costa.*

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — ... com mais ambição e capacidade de concretização, e não através da promoção do aumento do consumo da eletricidade, como esta medida avulsa que os senhores propõem.

O projeto de lei apresentado falha no seu propósito. Os portugueses sabem bem ler a fatura da eletricidade e sabem, também, o peso que a governação socialista deixou nessa fatura.

Esta redução do IVA que foi proposta, como aqui já foi dito, traduz-se numa redução de encargos mensais sem significado, quando comparada com outros componentes da fatura da eletricidade ou com o investimento necessário para melhorar o comportamento térmico dos edifícios.

Por isso, pergunto ao Partido Socialista: ao invés de uma medida genérica na redução do IVA, que os senhores sempre votaram contra,...

*Protestos do Deputado do PS Hugo Costa.*

... não fará mais sentido combatermos a pobreza energética através de medidas direcionadas, conforme é apontado, aliás, na Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, aprovada pelo Governo do Partido Socialista?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Já respondeu, Sr. Deputado!

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Qual é a urgência em discutir agora a redução do IVA da eletricidade para o ano 2025, quando a sua aprovação, hoje ou em outubro, tem exatamente o mesmo efeito para os cidadãos?

Qual é o verdadeiro motivo para o Partido Socialista estar, uma vez mais, a antecipar uma discussão que deveria ter lugar por ocasião do Orçamento do Estado para 2025?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, quer mesmo voltar à troica?

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

É que podemos falar do enorme aumento de impostos de Vítor Gaspar...

*Aplausos do PS.*

Quer falar do «enorme aumento de impostos» nas palavras de Vítor Gaspar? Podemos voltar à troica. Vamos a isso!

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Já agora, se acham assim tão pouco, acompanhem a votação. Se acham que é tão importante, vamos ver se acompanham a votação!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Ó Sr. Deputado, convenhamos, se desdenha tanto uma medida que chega a 3,4 milhões de famílias, talvez seja caso de os portugueses perceberem quem é que os defende.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É 1 € por mês!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Quanto ao Sr. Deputado Carlos Cação, bem, o Governo anterior aprovou a estratégia energética que, aliás, referiu, tem o Programa Vale Eficiência, mas aquilo que me ficou na mente, quanto ao que disse, foi a pergunta sobre qual é a urgência.

Entendam-se: é «só agora» ou «já agora»? Qual é o verdadeiro problema?

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Cação.*

Ora essa! O Sr. Deputado Paulo Nuncio acha que é só agora e o Sr. Deputado Carlos Cação acha que isto é urgência a mais da nossa parte. Entendam-se, Srs. Deputados, entendam-se!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, bom, a redução do IVA da eletricidade para 6 % é uma velha discussão.

Não têm faltado propostas do PCP para baixar o IVA da eletricidade, do gás e das telecomunicações, o que tem faltado é os votos do PS, do PSD e do CDS para que, de facto, esta seja uma realidade. Na verdade, há muito que este problema poderia e deveria estar resolvido.

O PS traz uma proposta que é bastante limitada e muito insuficiente, pois nem sequer repõe aquilo que vigorava antes da troica. Continua amarrado a esse período da troica que, de facto, significou um grande agravamento das condições de vida das populações.

Se o PS está preocupado e quer, de facto, reduzir a fatura da eletricidade às populações e às famílias, a questão que se impõe é se vai acompanhar a proposta do PCP. Isto porque a proposta do PCP, das que estão aqui em debate, é a que coloca efetivamente em cima da mesa a redução do IVA para 6 % quer na eletricidade quer no gás quer nas telecomunicações. É uma proposta que pode garantir aos trabalhadores e aos reformados, de facto, uma redução da sua faturação da energia.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, fez referência na sua intervenção a um aspeto que eu também queria referir e que se prende com o conjunto de matérias que o PS agora traz a debate. No entanto, quando esteve no Governo, não tomou essas decisões, aliás, recusou muitas propostas que aqui foram trazidas. Não branqueamos as opções políticas por parte do Partido Socialista, porque o que revelam é que, afinal, havia condições para dar passos significativos, para resolver problemas concretos, e não foram dados porque o Partido Socialista não quis.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, as suas palavras são realmente muito bonitas. O combate à pobreza energética, o combate à pobreza em Portugal, são tudo temas muito importantes, mas o que é que fez o Partido Socialista quando teve responsabilidades governativas?

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada.

Ou seja, o PS vem agora com estas propostas, depois de ser Governo em Portugal durante oito anos, quase nove, o que vem dar razão ao Chega, porque os cofres estavam cheios e preferiram ter o povo na miséria, preferiram não baixar impostos, preferiram não eliminar as portagens, preferiram não baixar o IVA da eletricidade, preferiram não baixar o IVA do gás.

*Aplausos do CH.*

Aí é que está! Esta é que é a grande diferença entre o Partido Socialista e o Chega:...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — São muitas as diferenças!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —... ambos queremos baixar impostos, mas o Chega, quando tiver responsabilidades governativas, vai baixar os impostos aos portugueses.

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PS.*

Os senhores tiveram responsabilidades governativas e não baixaram os impostos aos portugueses.

Aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe o que é que os senhores conseguiram? Portugal ultrapassa a Espanha e a Itália e torna-se o segundo em precariedade.

Sabe o que é que conseguiram mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Quatro milhões de portugueses no limiar da pobreza. E, no último ano, conseguiram que mais 60 000 portugueses, idosos e crianças em particular, estejam em risco de pobreza. Isso foi o que o Partido Socialista conseguiu.

E agora vêm aqui, com esta demagogia — porque não tenho outra palavra, é demagogia —, dizer: «Temos de baixar os impostos.» É verdade, claro que temos de baixar os impostos. Agora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de responder hoje, perante esta Câmara, porque é que não o fizeram. Porque é que não o fizeram?

Nós estamos aqui sempre para ajudar quem trabalha, mas os senhores, não. Os senhores quiseram asfixiar os trabalhadores, quiseram asfixiar quem trabalha: 43 % em carga fiscal, isto é o que paga o trabalhador. Isso não se pode admitir.

*Protestos de Deputados do PS.*

É, Sr.<sup>a</sup> Deputada, são notícias, são notícias que estão aqui.

*O orador exhibe fotocópias de notícias de jornal.*

Esta é a nossa diferença, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Enquanto nós estamos preocupados com os portugueses que trabalham, os senhores preocupam-se mais com quem não quer fazer nada. Esta é que é a grande diferença entre o PS e o Chega.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esquecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é importante relembrar que foi durante o Governo do PSD e do CDS que se decidiu que a eletricidade era um bem de luxo...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não foi não, foi no Memorando da troica assinado pelo Governo do PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — ... e que se aproveitou o Memorando da troica para a aumentar para a taxa máxima.

*Protestos de Deputados do PSD e do CDS-PP.*

Mas também é verdade que esta é uma longa discussão nesta Assembleia e que têm sido dados passos muito pequenos em relação à necessidade, tendo em conta que os níveis de pobreza energética são elevadíssimos em Portugal: um quarto das pessoas não é capaz de aquecer as suas casas e isto representa três vezes mais do que a média europeia.

Dito isto, o PS apresentou uma proposta no Orçamento do Estado para 2021 que era já de si muito limitada, e agora a proposta que aqui traz também não resolve o problema em causa, pois o alcance continua a ser muito limitado.

Por isso, vamos votar a favor desta proposta, porque representa, apesar de tudo, uma melhoria, mas entendemos que ela não é suficiente, porque o alcance é limitado, como disse. Pergunto à Sr.<sup>a</sup> Deputada se não acha que este problema só se resolve mesmo com uma redução transversal do IVA da eletricidade.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos e Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, quero dar uma nota para dizer o seguinte: a redução transversal, além de, da nossa perspetiva, ser menos sustentável do ponto de vista financeiro, tem também o problema de fomentar uma forma menos responsável do uso da energia. Achamos que é importante continuar a fazer esta distinção.

Passando já à outra parte da resposta, quero dizer que também não é absolutamente justo, para não dizer mesmo que é injusto, dizerem que não se tenha feito nada. Foi com os Governos do Partido Socialista, Sr. Dr. Pedro Pinto, que a tarifa social de energia, da eletricidade, passou de cerca de 80 000 beneficiários para



mais de 700 000, com a sua atribuição automática, representando uma redução imediata na fatura de mais de 33 % — ponto um.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Há mais pobres!...

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Ponto dois, sobre a redução de impostos: vamos lá ver, a redução de impostos, que os portugueses já estão a sentir hoje, foi feita pelo Governo do Partido Socialista desde 1 de janeiro de 2024, com o Orçamento.

*Aplausos do PS.*

Dos tais mil e não sei quantos milhões de redução do IRS que o PSD apresentou no seu programa eleitoral — e isso já está visto, revisto e comprovado —, 1000 milhões são do Partido Socialista, cuja proposta era realmente melhor. Tudo aquilo que todos andamos aqui a discutir em sede de especialidade sobre IRS, na verdade, representa um terço do que o Partido Socialista já reduziu desde 1 de janeiro de 2024.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso já não é da energia, já não é da eletricidade...!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Foi uma pergunta que me foi feita, Sr. Deputado. E no que toca, concretamente, à taxa reduzida, foi o Partido Socialista que a introduziu.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Há mais pobres!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — No que toca à tarifa social de energia, foi o Partido Socialista que a introduziu.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não foi, não!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Foi, foi!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — O programa Edifícios Mais Sustentáveis foi o Partido Socialista que o introduziu.

*Protestos do CH.*

Foi o Partido Socialista que introduziu um conjunto de medidas.  
Demagogia, Sr. Deputado?! Receber lições do Chega sobre demagogia é muito engraçado, de facto!

*Aplausos do PS.*

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mais vale cair em graça do que ser engraçado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Na Legislatura anterior, a proposta da Iniciativa Liberal para reduzir o IVA da eletricidade teve votos a favor da Iniciativa Liberal, do Chega, do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda, do Livre e do Partido Social Democrata. Teve os votos contra apenas do Partido Socialista.

Por isso, pergunto quão revelador seria se a votação de hoje fosse exatamente ao contrário, se fosse uma proposta chumbada com os votos contra do PSD, quando ainda no ano passado a aprovou e quando ainda no ano passado a defendeu e até a propôs.

A verdade é que o IVA da eletricidade deve voltar à taxa mínima. A eletricidade não é um bem de luxo. Temos pessoas em Portugal a abdicar de aquecer as suas casas porque não conseguem pagar a fatura da luz e isso deveria entristecer-nos a todos. Sabemos que hoje Portugal já não está no tempo da emergência financeira em que esteve há mais de uma década, quando esta medida foi necessária, por isso, não devemos continuar com esta, diria, austeridade fiscal, que o PS, sim, também fomentou ao longo dos anos, quando recusou alterar este imposto, introduzindo apenas pequenos remendos.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não sei se o Sr. Deputado Fernando Medina está cá — acho que não está, sem desprimor, estava só à procura —,...

**Vozes do CH:** — Não está!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... mas, quando ele era Ministro das Finanças, lembro-me perfeitamente daquela redução do IVA e de lhe perguntar se dava para mais do que um café. Essa expressão utilizei-a ali, na tribuna, pela primeira vez e não dava. E hoje, o que o PS propõe é mais um remendo, é mais uma complexidade fiscal, em vez de baixar o IVA para todos.

O IVA afeta sobretudo os mais pobres, os que mais sofreram com a perda de poder de compra, enquanto o Estado, nestes dois anos, teve muitas e muitas receitas extraordinárias à boleia da inflação. Só para dar um exemplo: em 2023, face ao orçamentado, o Estado, em termos de receita fiscal, cobrou mais 5000 milhões. Agora o PSD pode vir dizer que esta medida tem um grande impacto, não sei, de 200, 300 milhões, mas o que é que são 300 milhões, quando o Estado cobrou mais 5000 milhões do que estava orçamentado?

Espero que o PSD não seja incoerente, não vote de forma contrária ao que votou há pouco mais de um ano, porque é hora de começar a fazer diferente do Partido Socialista e é hora de o Estado começar a devolver aquilo que cobrou a mais durante todos estes anos.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Presumo que responda em conjunto?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Blanco, no dia 10 de março, o País ficou muito melhor, quanto a isso penso que estamos de acordo. Livrámo-nos do socialismo que governou o País nos últimos oito anos.

Mas, Sr. Deputado, ficámos melhor, mas não ficámos ricos de repente. O que se tem passado no Parlamento nas últimas semanas parece o guião do filme *Tudo, em todo lado, ao mesmo tempo*.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — As oposições querem tudo: o aeroporto para amanhã, a habitação para ontem, o descongelamento da carreira dos professores que estiveram congeladas durante mais de 10 anos, a isenção das portagens que Sócrates criou, a baixa do IRS, do IVA da eletricidade, querem tudo.

Querem tudo em todo o lado: para quem vive no interior, para quem vive no litoral, para os jovens, para os menos jovens, para os que ganham mais, para os que ganham menos.

E querem tudo ao mesmo tempo: exigem a este Governo que resolva em 30 dias o que o anterior Governo não resolveu em 3050.

*Aplausos do PSD.*

Isto é particularmente grave porque este agendamento foi marcado pelo partido que esteve a governar precisamente nesses 3050 dias e que agora renega o seu passado.

As oposições querem governar a partir do Parlamento e de forma desgarrada, numa manta de retalhos, condicionando o Orçamento para 2025 de forma irresponsável, custe o que custar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — E quanto é que custa? A proposta do Partido Socialista custa pelo menos 100 milhões de euros; a do Bloco de Esquerda, do Chega e da Iniciativa Liberal, 400 milhões de euros; a do Livre, 700 milhões de euros, que, aliás, é contrária ao direito europeu, tal como a do PCP, que custa 1100 milhões de euros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A do Chega é mais barata!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Srs. Deputados, arriscamo-nos a sair daqui hoje com mais de 1000 milhões de euros comprometidos para o próximo Orçamento do Estado, a somar ao que querem aprovar no IRS, nas portagens e tudo o mais, e ainda só estamos em maio, falta muito para chegarmos ao final do ano e só temos um mês de Governo.

O que pergunto ao Sr. Deputado Bernardo Blanco é se vai alinhar neste caminho irresponsável por onde nos querem levar os socialistas do PS e os socialistas do Chega.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Brito, do Partido Socialista.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Blanco, em primeiro lugar, faço logo a pergunta, e direta: sabendo nós que os cofres estão cheios, e não há dúvidas quanto a isso — a própria IL tem essa visão e faz propostas —, quanto custa a vossa proposta? Que quebras de receita e despesa é que preveem, precisamente para manter o equilíbrio orçamental, por muito que haja cofres cheios?

Por outro lado, também lhe queria pedir que deixem de dar essa visão negativa de Portugal no preâmbulo da vossa proposta, e de o comparar precisamente com a Holanda, com a República Checa, com a Espanha. A Espanha vai começar novamente a repor a percentagem do IVA sobre a eletricidade, que irá passar para 10 %.

A Holanda, que tanto gostam de citar, teve o maior aumento na fatura da energia em 2023, um aumento de 957 %. Até pode baixar a carga fiscal, dados os contributos do seu Governo, mas tem um aumento colossal no impacto que representa para as famílias. Aliás, é o país que, na União Europeia, em termos familiares, paga em média mais eletricidade, 47,5 €.

A República Checa, que citam aqui também no vosso preâmbulo, é precisamente quem tem a eletricidade mais cara na União Europeia com base no indicador do poder de compra. Por isso, parem de fazer comparações com esses países, porque Portugal está bem melhor do que outros, mas vocês insistem que não.

*Aplausos do PS.*

Por fim, queria-vos dizer que esta é uma proposta que gera uma igualdade esquisita.

*Risos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.*

Querem dar igual a todos e essa é uma visão que, de alguma forma, não podem ter, porque agem como se não houvesse a necessidade do elevador social. Essa é a diferença entre vocês e o Partido Socialista: vocês têm uma visão social assim e o Partido Socialista terá sempre uma visão social igualitária.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, para responder.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é verdade, temos de tentar não dizer «vocês», mas queria dizer aos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista que nem sequer critiquei a política energética portuguesa, por acaso até é das coisas com as quais mais concordo. Tive oportunidade, na passada Legislatura, na Comissão de Ambiente e Energia, de a elogiar — deve ter sido, até, a única política que elogiei.

De qualquer forma, em relação à redução do IVA da energia, referi que a nossa simulação, baseada nas contas do Governo anterior, que era do Partido Socialista, é de 300 milhões de euros, logo, interessa-me mais, até, argumentar com o Partido Social Democrata, que é o partido do Governo.

Primeiro, para dizer mais uma vez, porque a pergunta foi a mesma: 300 milhões de euros.

Em segundo lugar, quanto a querermos «tudo em todo o lado, IRS e IVA», há exatamente um ano, o agora Primeiro-Ministro Luís Montenegro queria tudo em todo o lado!

*Aplausos da IL.*

Propunha, exatamente, esta redução de IVA e também propunha a redução de IRS.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É verdade!

*Protestos do Deputado do PSD Alberto Fonseca.*

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É verdade, pode até ir ver o tal plano de emergência social, lembro-me perfeitamente! E também me lembro de o agora Ministro das Finanças, o Dr. Joaquim Miranda Sarmiento, estar aqui a falar da redução de IVA e de IRS.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

O Sr. **Rui Rocha**(IL): — Estava aí sentado!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Olhe, estava ali sentado, na cadeira onde está o Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Rui Rocha**(IL): — Estava aí, nessa cadeira!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nós não queremos tudo em todo o lado. Eu só queria mesmo uma coisa, queria que o PSD fizesse diferente do PS — era só isso!

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Porque, efetivamente, ou vamos continuar com o mesmo nível de despesa, e depois andamos sempre muito tremidos para ver onde é que podemos tirar um bocadinho de imposto ou adicionar mais um bocadinho de imposto, ou há uma política orçamental realmente diferente, e o PSD começa

a diminuir a despesa para que possa diminuir a receita fiscal que cobra aos portugueses. E eu espero que, como foi prometido em campanha eleitoral, essa carga fiscal desça e não continue nestes níveis recorde em que o Partido Socialista a deixou.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Membros das galerias aqui presentes: Em Portugal, 3 em cada 10 famílias vivem em situação de pobreza energética, e sabemos também que 7 em cada 10 casas têm classes energéticas muito pouco eficientes. Agradecemos, por isso, o debate que hoje o Partido Socialista traz à Assembleia, pois combater a pobreza energética tem de ser, de facto, um objetivo comum e transversal a todas as forças políticas deste Parlamento.

Os programas de combate à pobreza energética que existiram até aqui, além de terem modelos excessivamente burocráticos que fazem com que nunca se chegue a quem deles precisa, na verdade, têm tido dotações orçamentais muito aquém das reais necessidades. A verba representa apenas cerca de 56 % do que seria necessário para termos um parque habitacional adequado do ponto de vista do conforto, para que as pessoas não tenham de passar frio nas suas casas, no inverno, ou excessivo calor, no verão.

Mais, a pobreza energética não tem de ser uma inevitabilidade. Por isso mesmo, neste debate, propomos medidas que visam combater este flagelo nos curto e médio prazos.

A curto prazo, precisamos de baixar a fatura da energia, pondo assim em cima da mesa uma medida da mais elementar justiça social e responsabilidade ambiental. Tal como já fizemos em sede de Orçamento do Estado, onde alargámos a tarifa social da energia a mais de 200 000 famílias, voltamos a propor este alargamento de beneficiários, quer na eletricidade, quer no gás natural.

Não faz qualquer sentido que alguém que seja considerado como pessoa vulnerável para benefício da tarifa social de energia e de eletricidade não o possa ser também no gás. Por isso mesmo, as famílias com abono de família ou com pensão social de velhice devem poder aceder a esta tarifa social.

No médio prazo, é fundamental dar mais protagonismo ao combate à pobreza energética na revisão do Plano Nacional de Energia e Clima, que o Governo está neste momento a preparar para levar à Comissão Europeia. É preciso um maior envolvimento da sociedade civil e do Parlamento nesta revisão, e, por isso mesmo, queremos que se preveja uma meta de erradicação da pobreza energética no ano 2050; e que se consagre o programa Sol para Todos, garantindo assim que o excedente de energia produzido no nosso país para autoconsumo a partir de fontes de energia renováveis possa ser canalizado, de forma solidária e gratuita, para todas as famílias em situação de pobreza energética.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, também pelo cumprimento do tempo, com a tolerância normal. Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Convém lembrar, creio eu, que o IVA da eletricidade não está a lidar com um bem de luxo, porque ouve-se aqui falar do quanto isto iria aumentar o consumo da eletricidade, esquecendo que quem não paga ou não pode pagar são as pessoas que menos consomem! Portanto, essa é uma falsa questão.

Em segundo lugar, fala-se também das emissões, e nós estamos a falar desta medida no quadro de uma política de transição energética, de eliminar a dependência dos combustíveis fósseis. Portanto, nenhum destes argumentos pode colher num debate desta natureza.

De facto, esta é uma questão muito séria no nosso País, porque os custos energéticos em Portugal são dos mais altos,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — ... tendo em conta o baixo poder de compra dos portugueses e das portuguesas. Portanto, os altos custos da eletricidade, os baixos salários e pensões e uma baixa eficiência energética das casas colocam-nos no topo da pobreza energética da Europa.

Como já disse, uma em cada quatro pessoas em Portugal vive em situação de pobreza energética, e isso significa que milhares de pessoas não têm capacidade para aquecer ou arrefecer as suas casas, ou sequer para satisfazer outros serviços energéticos a um custo que seja considerado aceitável. Com o aumento da inflação, especialmente no setor da energia, torna-se ainda mais difícil fazer face a estes custos. Por isso, em Portugal, não podemos continuar com quase três vezes a média europeia da população — ou seja, mais de 22 % — a não ter condições para aquecer devidamente as suas casas.

Este problema é grave, é transversal, mas afeta sobretudo as famílias monoparentais, os idosos que vivem isolados e as famílias com muitas crianças. É aí, tal como na pobreza económica, onde a pobreza energética é mais elevada.

Segundo dados do próprio Governo do Partido Socialista, as medidas que estão a ser apresentadas, e que foram apresentadas já, têm um impacto muito reduzido, e nós temos de ter um impacto real nesta problemática, que é muito grave.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não sou do PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — E para termos um impacto real, além destas medidas, precisamos de outras, mais transversais. Precisamos de medidas que incidam sobre as rendas excessivas no setor da energia, precisamos de melhoria da eficiência energética nas nossas casas, mas precisamos também da redução do IVA da eletricidade, o que, no nosso entender, deve aplicar-se transversalmente ao consumo de eletricidade em Portugal, e não de forma seletiva e com pouco alcance, como está a ser aqui apresentado.

Num País onde tanta gente passa frio — e sem necessidade nenhuma, porque o problema pode ser resolvido! —, não podemos continuar a adiar a resolução deste problema. Portanto, se há disponibilidade financeira para deixar ir, injustamente, tantos milhões para as rendas do setor energético, dar prioridade ao combate da pobreza energética é uma necessidade absoluta.

Mas nós apresentamos ainda um outro projeto, e não apenas um de redução do IVA, que tem a ver com tentar impedir o corte da eletricidade. Todos os invernos voltamos a ter notícias sobre pessoas que morrem de frio em Portugal. Os dados do Instituto Nacional Ricardo Jorge dizem que são 400 pessoas por ano que morrem de frio.

Em Portugal, temos mais de 2 milhões de pessoas — e não 4 milhões, como já foi aqui referido, como se o número não fosse suficientemente chocante! — em risco de pobreza ou de exclusão social. O que precisamos, verdadeiramente, é de assegurar que as pessoas em Portugal, em particular as que vivem com maiores dificuldades, possam pagar os seus serviços básicos e essenciais como a eletricidade, a água e o gás.

A atribuição automática da tarifa social aos agregados elegíveis, que foi fruto da intervenção do Bloco de Esquerda, permitiu que, de 100 000 agregados, se passasse a abranger 800 000 agregados. Foi um passo importante, mas não é um passo suficiente, porque, como disse, continuamos ainda a ter a maior taxa de mortalidade no inverno.

Estas medidas para impedir o corte da eletricidade não serão uma novidade tão grande assim. Há muitos exemplos por toda a Europa onde já se praticam: em França, onde é proibido o corte da eletricidade no inverno e onde os fornecedores de energia não podem desligar os consumidores entre 1 de novembro e 31 de março; em Espanha, onde os cortes de energia são ilegais; na Grécia, onde existe a proibição nacional de cortes de eletricidade para os grupos mais vulneráveis; na Irlanda a mesma coisa; em Bruxelas... Em vários países e regiões da União Europeia, esta já é uma prática recorrente.

Portanto, entendemos que o fornecimento de energia a consumidores domésticos representa um caráter essencial de intervenção. A sua privação por motivos económicos atenta contra os elementares direitos das pessoas à vida em sociedade, e, por isso, o Bloco de Esquerda propõe a alteração à lei dos serviços públicos essenciais de forma a impedir a suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica, seja por falta de pagamento, seja por razões de carência económica, sobretudo quando ela é motivada por estas mesmas razões.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PCP propõe a redução do IVA da eletricidade, do gás e das telecomunicações para a taxa mínima, porque são bens e serviços essenciais e assim devem ser tributados; porque é preciso baixar a fatura da energia e das telecomunicações; porque significa mais justiça fiscal; porque significa, no caso da eletricidade e do gás natural, reverter o que resta do enorme aumento de impostos imposto pelo último Governo PSD/CDS.

A questão é: quem nos acompanha?

O PS continua amarrado ao período da troica. A proposta que traz a debate nem sequer repõe o IVA ao período antes da troica, é uma proposta muito limitada e que fica muito aquém daquilo que é preciso.

O PSD e o CDS, responsáveis pelo aumento do IVA,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... os mesmos que propõem a redução do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) para favorecer sobretudo os grupos económicos, como a EDP (Energias de Portugal) ou a Galp, não têm no Programa do Governo uma referência para a redução do IVA da energia e das telecomunicações.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Esta medida de redução do IVA permitiria aliviar a tributação, sobretudo para os trabalhadores, os reformados e as micro, pequenas e médias empresas (MPME). Esta posição por parte do PSD e do CDS revela bem ao serviço de quem estão.

Aqui foram já referidas preocupações sobre o impacto financeiro destas propostas. Srs. Deputados, acabem com os benefícios fiscais aos grupos económicos, tributem efetivamente os seus lucros e teremos mais justiça fiscal e receita no Estado para garantir os serviços públicos, que são um direito da população.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

A redução do IVA da energia e das telecomunicações, como o PCP propõe, é da mais elementar justiça. Permite reduzir a fatura de bens e serviços essenciais, como na eletricidade, no gás e nas telecomunicações.

Enquanto os grupos económicos do setor energético têm lucros milionários — só a EDP, em 2023, obteve 1300 milhões de euros de lucros —, os preços da energia são cada vez mais elevados e insuportáveis para trabalhadores e reformados.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Nas telecomunicações, as maiores operadoras ganham milhões às custas de contratos leoninos, com os consumidores sujeitos ao oligopólio e à cartelização.

Percebemos bem o incómodo da direita quando estamos aqui a denunciar as suas opções. É porque, entre favorecer os interesses dos grandes grupos económicos e proteger as populações,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Outra vez?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... aquilo que querem é defender os interesses dos grupos económicos, desprezando os problemas com que os trabalhadores e os reformados estão hoje confrontados.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Os elevados preços da energia e das telecomunicações afetam também as micro, pequenas e médias empresas. Não são poucas as vezes que a direita usa as PME (pequenas e médias empresas) para argumentar contra aumentos de salários, ocultando que é o peso dos custos com a energia e as telecomunicações que dificulta a vida de muitas PME, aumentando às suas custas os lucros milionários dos grupos económicos.

Os impostos indiretos, como o IVA, são os mais injustos, porque não distinguem a tributação pelo nível de rendimento, tendo por isso um carácter regressivo. Para uma política fiscal mais justa, é fundamental que se reduza o peso dos impostos indiretos no total da receita fiscal, invertendo um caminho prosseguido por Governos de PS, PSD e CDS, que aumentaram o peso desses impostos.

Desde o primeiro momento, o PCP opôs-se ao agravamento do IVA na eletricidade e no gás natural. Nunca deixámos de intervir e de lutar pela reposição do IVA na eletricidade e no gás nos 6 %, assim como o seu alargamento ao gás de botija e canalizado e às telecomunicações. Sistemáticamente, PS, PSD e CDS rejeitaram as nossas propostas, impedindo a redução da faturação da energia e das telecomunicações.

Bem sabemos que muitas famílias não têm conforto na sua própria casa, nem a aquecem no inverno, porque a energia é muito cara. Esperemos que não fosse a isto que o PS se estava a referir quando aqui disse que é necessário que haja responsabilidade no uso da energia. Será que responsabilidade é não aquecer as casas? Era a isso que se estavam a referir?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Discurso de ódio!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Há hoje a oportunidade de, aqui, resolver este problema, mas é preciso vontade política.

Da parte do PCP, as populações, os trabalhadores e os reformados sabem com o que podem contar. Aquilo que aqui trazemos é o nosso compromisso: reduzir o IVA da eletricidade, do gás e das telecomunicações para os 6 %.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Dizer as verdades incomoda!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista inscrições para pedidos de esclarecimento.

Assim, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Grupo Parlamentar do Chega.

*Protestos do CH e contraprotestos do PCP.*

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos em tempo de agir...

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é da sua bancada.

*Risos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Estamos em tempo de agir e não de construção de retóricas.

Em Portugal, há um combate feroz que tem de ser feito, sem tréguas, para minimizar as dificuldades das nossas famílias e dos empresários, para a necessária sobrevivência familiar e para o nosso desenvolvimento económico. Perante a escalada dos preços dos bens essenciais, com benesses para o Estado e muitas receitas nos impostos indiretos que encheram os cofres do Estado, já vêm tarde e são necessárias as respostas de alívio fiscal.



Todos conhecemos as estatísticas e bem sabemos que três em cada quatro famílias em Portugal, em 2023, tiveram dificuldades extremas em pagar as suas contas. Para mais de um terço, isso revelou-se uma missão impossível, ou tiveram muito mais dificuldades em pagar as despesas essenciais. As famílias monoparentais e as numerosas, assim como aquelas em que um dos seus membros está desempregado, foram as que apresentaram mais dificuldades; as monoparentais, na sua larga maioria, enfrentam uma situação de quase pobreza extrema.

O que terá agravado, de forma mais acentuada, as dificuldades dos portugueses foi a passagem, em 2020, de uma taxa de inflação negativa, de 0,2 %, para a dureza dos dados deste início de década. De deflação, passámos, em 2022, para uma inflação de 7,8 % dos produtos energéticos, numa variação média anual de crescimento de 23,69 % — 4,3 % já em 2023 e, em março do corrente ano de 2024, foi já de 2,3 %.

Aliás, Portugal foi, em 2023, o 17.º país da União Europeia com os preços de eletricidade mais altos e a taxação fiscal no máximo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Perante este panorama, em 2022, sobre o fornecimento de eletricidade, o anterior Governo procedeu à aplicabilidade de uma taxa reduzida ao valor do consumo correspondente, mas que logo, logo terminou — há meses, no final deste ano de 2023 —, e o que agora vigora é uma pequena componente de taxa reduzida, para os consumos mínimos de 100 kWh mensais e de 150 kWh para famílias numerosas, não contemplando a componente fixa.

Vem agora o Partido Socialista, na oposição, propor a alteração dos valores de consumo para o dobro do que está consagrado no panorama fiscal, quando, na verdade, já o deveria ter feito há muito, muito tempo. Não foram só as taxas de juro elevadas ou a inflação que fizeram muitos milhares de famílias perderem as suas habitações; foi também a carga fiscal e a política fiscal agressiva, a 8.ª maior da Europa, em que quase tudo se cobra à taxa máxima, como se de produtos de luxo se tratasse.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — É, pois, por demagogia política e oportunismo eleitoral que só agora o PS vem propor um reajuste nos limites do consumo, tentando marcar a agenda política com algo que já deveria ter feito desde 2022 e de forma diferente, e daí o nosso projeto de lei hoje em apreço.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Fazemo-lo em consciência, de forma clara, e demonstramos inequivocamente que os produtos energéticos, em especial a eletricidade, são bens de primeira necessidade, bens de que os portugueses dependem e que não devem estar balizados, nem na quantidade de consumo, nem no tempo de aplicabilidade. Deve ser feito de forma definitiva, ou seja, aplicar a todo o consumo de eletricidade a taxa reduzida do IVA a 6 %.

Termino como comecei: é tempo de agir, é tempo de dar respostas reais e efetivas, é tempo de proteger e apoiar as famílias e as empresas de Portugal. Esta medida essencial é mais do que um desafio, é um verdadeiro desígnio para todos.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se cumprimentam as galerias!... Falta de respeito!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Nesta semana, já falámos de vida boa, já falámos de educação e hoje falamos de combate à pobreza energética. Parecendo que não, os três temas estão intimamente ligados, porque não podemos falar de vida boa quando tanto nos custa conseguir manter as nossas casas aquecidas e não podemos falar de direito à educação em igualdade quando tantos estudantes, tantos meninos, tantas meninas, não conseguem ter as suas casas aquecidas para terem o desempenho escolar que merecem.

Segundo o relatório *Portugal, Balanço Social 2021*, as dificuldades em manter a casa devidamente aquecida são uma das dimensões mais observadas de privação material no nosso País. Vamos a dados: 9,3 % da população europeia não consegue manter as suas casas devidamente aquecidas; em Portugal, como também já foi aqui dito, uma em cada quatro pessoas vive em situação de pobreza energética.

Isto faz com que Portugal seja o 5.º país da Europa onde as pessoas têm menos condições económicas para manter as suas casas aquecidas. Somos, além disso, o país da Europa Ocidental onde mais frio se passa dentro de casa. Isto tem consequências e consequências sérias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São as alterações climáticas!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isto mata! Continua a morrer gente em Portugal porque não consegue ter a sua casa devidamente aquecida e porque recorre a métodos inseguros para aquecer a sua casa.

É por isso que o Livre tem feito do combate à pobreza energética uma das suas grandes prioridades. Já conseguimos aprovar aqui o Programa 3C — Casa, Conforto e Clima, que quer ajudar na construção e na renovação das casas, aumentando e melhorando a sua eficiência energética e ajudando também à renovação do material que esteja obsoleto ou que não seja eficiente como poderia e deveria ser.

Mas queremos mais, queremos continuar a fazer aquilo que caracteriza o Livre, que é propor medidas que melhorem a vida das pessoas e que o façam apoiando uma transição ecológica, aliando sempre, sempre a justiça social à justiça ambiental. Temos muitas propostas para o fazer, também no que diz respeito à energia, como por exemplo o foco nas cooperativas energéticas, o foco nas comunidades de energia renovável, mas o que hoje aqui nos traz são duas propostas muito concretas que passo a apresentar.

A primeira é a da redução do IVA da eletricidade para 6 %, porque o IVA é o mais cego dos impostos e é um dos mais injustos, porque trata de maneira igual situações e pessoas muito diferentes. É um imposto regressivo que, no que diz respeito à eletricidade, pelo menos, devemos ter nos mínimos. Portanto, a nossa proposta é muito clara: que se baixe permanentemente o IVA da eletricidade para 6 %, por uma questão de justiça e também de equidade social.

Sabemos bem que é uma medida simbólica, mas é um simbolismo importante e que tem também um grande impacto no bolso dos portugueses que não conseguem ter as suas casas devidamente aquecidas.

Mas queremos também reforçar o nosso Programa 3C, um dos grandes avanços que Portugal conseguiu ter no que diz respeito à transição ecológica e energética. É por isso que o queremos melhorar, criando um serviço de proximidade que facilite o acesso a este programa, que é altamente burocrático e que tem afastado pessoas que poderiam e deveriam dele beneficiar, mas que não conseguem precisamente por essa burocracia. Queremos também assegurar, para além daquilo que já existe, o reforço orçamental deste programa, para que continue até que Portugal seja um dos melhores exemplos a nível europeu de eficiência energética e para que deixe de se passar frio nas nossas casas.

Porque isto, Caras e Caros Deputados, é uma questão de justiça social, é uma questão de justiça ambiental, mas é também uma questão de dignidade e de decência.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Não tenho nenhuma inscrição para pedidos de esclarecimento. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Hugo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os últimos dados divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) confirmam a degradação das condições de habitação e um agravamento do número de famílias sem capacidade financeira para manter o alojamento confortável ao nível térmico.

Em 2023, 20,8 % da população vivia em agregados onde não existia capacidade financeira para manter o alojamento confortavelmente quente: mais 3,3 pontos percentuais do que em 2022. Portugal situa-se, assim, muito acima da média europeia, que é de 9,3 %.

Números como estes demonstram o falhanço dos últimos oito anos de governação socialista e a necessidade de colocar o combate à pobreza energética entre as prioridades nacionais, de modo a garantir que no nosso País se vive com qualidade e dignidade.

É verdade que a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, aprovada em janeiro de 2024, assumiu como principal missão a erradicação da pobreza energética em Portugal, apontando para um conjunto de objetivos a alcançar até 2050. No entanto, esta é uma problemática antiga e que, no passado recente, ficou marcada por uma incapacidade de dar resposta às pessoas que vivem em condições de desconforto térmico nas suas casas. À semelhança do que aconteceu com tantos outros planos e estratégias socialistas, tardou-se em passar das intenções às ações. Assim, ao invés de termos caminhado no sentido do cumprimento das metas fixadas de combate à pobreza energética em Portugal, assistimos a um agravamento da situação ao longo dos anos.

É importante recordar que o Grupo Parlamentar do PSD sempre acompanhou com preocupação este tema, tendo apresentado diversas iniciativas na Legislatura anterior para combater esta triste realidade. Infelizmente, não contou com o entusiasmo que o Partido Socialista parece agora afirmar relativamente ao combate à pobreza energética. Veja-se o exemplo do projeto de resolução que apresentámos sobre o programa de apoio «Bairros Mais Sustentáveis», que era destinado a intervenções no âmbito da eficiência energética em territórios com maiores vulnerabilidades sociais e riscos de pobreza energética.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Está em vigor! Está a acontecer!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Este projeto foi, na altura, chumbado pelo Partido Socialista. Ironia do destino, se esse mesmo projeto fosse apresentado hoje, o PS, agora na oposição, já votaria a favor?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É o que está em curso!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Preocupado com este diagnóstico nacional e consciente de que a problemática da pobreza energética é um tema que apresenta desafios em múltiplas dimensões, o Grupo Parlamentar do PSD está, como sempre, empenhado em impulsionar as medidas que contribuam para o combate efetivo à pobreza energética em Portugal.

*Aplausos do PSD.*

Mas medidas que visem efetivamente este propósito, medidas que, ao invés de atuarem no estímulo ao consumo, como as aqui propostas, promovam o conforto térmico das habitações, o aumento da eficiência energética do edificado e que simplifiquem e agilizem o acesso aos apoios que já existem.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é tão redutor falar da baixa do IVA na eletricidade como se fosse a maior medida de combate à pobreza energética. Lamento!

Lamento informar-vos, Srs. Deputados, pois não é. Não é mesmo. Trata-se de um simulacro de medidas que, sob a capa de boas intenções, apenas visam, de forma oportunista, criar *soundbites* num período próximo de um ato eleitoral.

*Aplausos do PSD.*

É que as medidas que estão hoje em discussão e propostas pelos diferentes partidos têm efeitos apenas em 2025.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Nenhuma delas é para ser implementada hoje, daqui a um mês ou daqui a dois meses. Então, para quê antecipar de uma forma artificial uma discussão cujo momento todos sabemos que não é este, nem o propósito é o anunciado pelo proponente do debate?

Vamos ser sérios. A medida já em vigor aplica-se em 2024, as que se propõem são para 2025. Não sabemos ainda, sequer, o que é que o novo Governo vai apresentar. E sabem porque é que não sabemos? Porque o Governo começou apenas há pouco mais de um mês. Sejam sérios na abordagem a um tema tão relevante e que mexe com a vida dos portugueses como o tema da pobreza energética, cujos números apenas podem envergonhar um Governo que durante oito anos teve a oportunidade de reverter esta situação e nada fez.

Querer antecipar a discussão do Orçamento do Estado é, no mínimo, diria eu, uma artimanha. A discussão será um bocadinho mais à frente, mais para o fim do ano. Não utilizemos a pobreza energética como pretexto para que o Partido Socialista venha, uma vez mais, de forma ardilosa, querer legislar a partir da Assembleia aquilo que não legislou quando era Governo.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os portugueses precisam é de medidas que façam com que deixem de tremer de frio, no inverno, e de sucumbir ao calor, no verão, dentro das suas próprias casas, e não somente de uma alteração da taxa do IVA, entre as várias alterações que aparecem na fatura da eletricidade no fim do mês, cujo valor, pasme-se!, nem permite sequer mudar uma janela.

Será, assim, num quadro de estratégia renovada, que o Grupo Parlamentar do PSD acompanhará, de forma atenta e empenhada, a prossecução dos objetivos traçados para esta área de ação política: sem truques, sem enganar e com seriedade e compromisso com os portugueses.

Os portugueses esperam e merecem mais deste Parlamento e nós, aqui, devemos ser os primeiros a assumir, olhos nos olhos, um compromisso de responsabilidade e de falar a verdade com os portugueses.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, inscreveram-se junto da Mesa quatro Srs. Deputados para lhe fazerem pedidos de esclarecimento.

Presumo que responderá a dois pedidos de cada vez.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brás, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Partido Socialista fixou a ordem do dia com um projeto de lei que pretende aumentar o número de agregados familiares portugueses com a taxa reduzida de 6 % no IVA da eletricidade.

Foram arrastadas com esta, mais nove iniciativas legislativas dos mais diversos partidos, com exceção do PSD e do CDS, o que, por si só, diz muito. E ainda mais esclarecidos ficamos, se consultarmos o Programa Eleitoral da AD, e o Programa deste Governo: dois desertos quanto ao preço da eletricidade. Nada dizem, a não ser uma frase sobre redes e sobre regulação pela oferta e pela procura.

O que o Partido Socialista propõe é que se passe dos primeiros 100 kW para 200 kW a IVA de 6 %, mas propomos, também, que, no caso de famílias numerosas, se passe dos primeiros 150 kW para os 300 kW a IVA de 6 %. Adicionalmente, propomos que esta medida passe de transitória a definitiva.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, a proposta do PS é que 3,4 milhões de famílias tenham a totalidade do seu consumo de eletricidade tributado a 6 % e que mais de 5,3 milhões de agregados familiares tenham os primeiros 200 kW tributados a 6 %.

Sabem, Srs. Deputados, com o que é que estes números de agregados familiares abrangidos comparam mal? Comparam mal com os 500 000 do 6.º ao 8.º escalões de IRS que vocês estão obstinados em beneficiar mais.

*Aplausos do PS.*

Mas, Srs. Deputados, as perguntas que quero deixar ao PSD são as seguintes: o PSD não trouxe propostas porque não tem pensamento ou opinião produzida sobre esta matéria e acha que está tudo bem? Ou o PSD não tem iniciativa legislativa porque já está traumatizado e tem medo de trazer a proposta a Plenário e que ela seja reprovada? É a primeira? É a segunda? Ou são as duas hipóteses combinadas?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Deputado, na sua intervenção, acusou quem defende a medida de redução do IVA de eletricidade de estar a defender um «simulacro». Foram estas as palavras que usou. E, portanto, fiquei com uma dúvida: está o Sr. Deputado também a acusar dois líderes do PSD de terem defendido um simulacro?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Porque quer o Dr. Rui Rio quer o Dr. Luís Montenegro defenderam a medida de redução do IVA da eletricidade para 6 %.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pois é!

*Protestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — O PSD, nos últimos anos, teve dois líderes e esses dois líderes defenderam esta medida, logo, dois dos seus líderes defenderam um simulacro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem de ler melhor as propostas!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — O Dr. Rui Rio fê-lo, em 2020, numa proposta que foi apresentada para o Orçamento do Estado, e o Dr. Luís Montenegro,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Com medidas de compensação!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — ... assim como o Sr. Ministro das Finanças, agora, em fevereiro de 2023, defendiam, não apenas a redução do IVA na eletricidade para 6 %, mas também no gás e nos combustíveis.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — De carácter transitório!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Portanto, um simulacro ainda maior, gigante.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Gigante!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Por isso, Sr. Deputado, o que lhe queria perguntar é o que é que mudou neste último ano, porque a última defesa desta mesma medida foi há um ano. O que é que mudou?

Os Srs. Deputados têm, nesta Casa, se quiserem, uma maioria para fazer aprovar esta medida, que é uma medida da mais elementar justiça social. A minha pergunta é: o que é que mudou, em primeiro lugar? E, em segundo lugar, pergunto se vão aproveitar esta maioria existente para fazer justiça ou não.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, para responder.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Brás, aconselhava-o a ir um bocadinho mais longe naquilo que disse, porque, se procurasse, encontrava declarações minhas e podia até perguntar pelas declarações que fiz aqui. Portanto, estou à vontade para falar sobre esta matéria, pois fiz essas declarações em 2020 e fi-las em 2022.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Aquilo que quero transmitir é o seguinte: fui muito claro no que disse e o simulacro tem a ver com esta pressa, em 2024, em relação ao Orçamento do Estado para 2025.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ou seja, é um simulacro de velocidade!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Mais: Sr. Deputado, tenho muito gosto em discutir consigo esta matéria, mas, perceba, os portugueses lá em casa sabem ver a fatura e percebem exatamente o que é que está em jogo e também sabem, quando estão em casa, o frio que têm. Portanto, não é esta medida que lhes resolve o problema que têm em casa, porque, como eu disse, nem uma janela dá para mudar.

Deixe-me, antes de terminar, responder-lhe de uma forma muito fácil: «António Costa critica proposta “irresponsável” para baixar o IVA da luz»; e — está aqui no *Polígrafo* — «PS votou contra a redução do IVA da eletricidade nos últimos anos, mas acaba de apresentar esta medida no Parlamento»!

*O orador exibiu as notícias cujos títulos mencionou.*

É verdade.

*Protestos do PS.*

É, sabem porquê? Porque é já o novo líder, repito, é já o novo líder. Apenas lhe posso responder com isto, que é tão fácil de perceber.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Oliveira, nós sabemos, sabemos todos, que o socialismo é uma fábrica de fazer pobres. Isso sabemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabemos que o socialismo se esqueceu das pessoas do interior do País, onde o frio se sente mais. Também sabemos. Sabemos tudo aquilo que o Partido Socialista poderia ter feito, mas não fez. Também sabemos. E sabemos, ainda, de todas as incoerências e de toda esta demagogia do Partido Socialista, com a apresentação desta proposta. Também sabemos.

No entanto, deixou-me preocupado aquilo que o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira disse da tribuna: «não sabemos o que o Governo irá fazer».

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não disse isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sei que o Governo está há pouco tempo, há poucos dias, em funções, mas chegarmos a esta altura em que o Governo já está em funções e o partido que suporta este Governo diz «não sabemos ainda o que é que o Governo vai fazer», isso também nos deixa preocupados e deixará, certamente, a todos os portugueses preocupados.

Repare no exemplo do gás de botija. Nós, às vezes, desvalorizamos o gás de botija, mas 70 % dos portugueses ainda usa gás de botija. O gás de botija, em Portugal, custa três vezes mais do que em Espanha — três vezes mais do que em Espanha! — devido à carga fiscal.

O que é que o PSD ou o Governo vão fazer? Temos de saber, os portugueses precisam de respostas. Em relação à eletricidade, vai, ou não, baixar o IVA? Os portugueses precisam de respostas e não podemos mandar tudo para o Orçamento. Porque é que não fazem um orçamento retificativo? O Governo ainda nem sabe se o vai, ou não, fazer, mas com um orçamento retificativo as coisas resolviam-se.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com dois então!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que estamos a mandar as coisas todas para o Orçamento do próximo ano?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dois Orçamentos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou seja, há uma série de coisas que são importantes e que este Governo poderia fazer agora para ajudar a vida dos portugueses — porque os portugueses têm de estar em primeiro lugar! — e era importante os portugueses saberem.

Era a isso que eu gostaria que o PSD, hoje, viesse aqui a responder.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Chega está completamente «socialistalizado»!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, muitas pessoas no nosso País não conseguem aquecer a casa porque não têm como pagar a eletricidade e, sim, se houver uma redução do IVA da eletricidade, como propomos, permite-se que essas pessoas possam ter mais conforto térmico na sua casa. Sim, resolve um problema concreto a proposta que aqui trazemos.

Sabemos também que é preciso ir muito mais longe no nosso País, no quadro das opções políticas, nomeadamente no que diz respeito à reposição de poder de compra, de garantia de serviços públicos, mas também não será nem no PSD, nem no CDS que as populações irão encontrar essas mesmas respostas.

A verdade é que aquilo que temos visto é que PS, PSD e CDS — juntos ou à vez — têm impedido que se possa reduzir o IVA da energia para 6 %. O PSD e o CDS foram responsáveis pelo seu aumento. Dizem uma coisa quando estão na oposição e, quando estão no Governo, sobre esta matéria, nada dizem. Essa é que é a verdade.

A questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: então, há capacidade para o Governo colocar como opção em cima da mesa a redução do IRC, que sabemos bem que favorece sobretudo as grandes empresas — para isso é possível.

O Sr. **Presidente**: — Peço para terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Mas, para reduzir o IVA da eletricidade, do gás e das telecomunicações, que iria abranger, sobretudo, as famílias, os trabalhadores e os reformados com rendimentos baixos e intermédios, para isso, já não é possível?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Isto revela bem, de facto, a dualidade de critérios, por parte do PSD e do CDS, e revela que, para os grupos económicos, é só facilidades,...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, está compreendido.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... mas, para os trabalhadores e para os reformados, não há respostas.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, de uma forma muito breve, Sr. Deputado Pedro Pinto, sabemos o que fez não, sabemos o que não fez o Partido Socialista, estamos de acordo.

Sobre o resto, o que tive a oportunidade de dizer, de uma forma tão clara, foi que o Governo ainda não apresentou. Não disse «não sabemos», a minha expressão foi esta: «Não apresentou». Esperemos!

*Aplausos do PSD.*

Quanto ao Orçamento do Estado, a resposta serve igualmente, ele é no final do ano, mas esta medida aplica-se em 2024. Hoje, ela está em vigor, já existe!

*Protestos do PS.*

Esperemos pelo Orçamento do Estado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O assunto que hoje debatemos mexe, e muito, com o bolso dos portugueses — a energia e os impostos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Votam a favor!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — E o socialismo, uma vez mais, deixou aqui as suas marcas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vão votar com o socialismo!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Temos, hoje, quase 3 milhões de pessoas a viver em situação de pobreza energética; 1 milhão e 800 mil a viver em casas onde não se consegue aquecer; e acima de 1 milhão de famílias onde as despesas de energia representam mais de 10 % dos rendimentos.

Somos a favor, e sempre, de menos impostos para os contribuintes: em tudo e, também, no IVA da eletricidade. Ainda mais, quando o peso do custo da eletricidade no bolso do português é maior do que na esmagadora maioria dos países da União Europeia.

Queremos baixar o IVA e também as taxas e taxinhas de um Estado gordo e ineficiente, mas não podemos falar em pobreza energética desligando-a da transição energética e dos pesados custos que uma mudança a alta velocidade pode ter para as famílias portuguesas. Qual é o custo para a economia e para a sociedade de fazermos uma transição energética a alta velocidade, sobretudo sem fazer contas?

Fechámos a central de Sines, mandando centenas de pessoas para o desemprego, numa das centrais a carvão mais limpas da Europa, para depois subsidiar a produção da energia em Espanha, com base no carvão.



*Aplausos do CH.*

Não podemos fazer as coisas sem planeamento, gestão e bom senso. Não podemos ceder aos interesses de quem quer fazer uma transição a alta velocidade para rentabilizar os seus investimentos, os *data center*, as redes, tudo com dinheiros do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), ao invés de ajudarem os pequenos empresários e os jovens empreendedores.

*Aplausos do CH.*

Muitos países modernos e democráticos estão a repensar a sua estratégia de descarbonização, conjugando-a harmoniosamente com crescimento e desenvolvimento económico e social. Só que isso dá muito trabalho, exige opções claras e, acima de tudo, exige fazer as contas do custo-benefício e, talvez, por isso, sejam ricos.

Não há dúvida de que temos de assumir uma estratégia nacional, pragmática e equilibrada, de forma a assegurar um futuro energético seguro e próspero para os nossos cidadãos,...

*Aplausos do CH.*

... mas em harmonia com as melhores práticas seguidas pelos outros países.

Devemos contribuir com a nossa parte, mas sem que isso prejudique os nossos interesses, a nossa soberania energética. Devemos resistir às narrativas e preconceitos ideológicos que ameaçam os direitos, liberdades e garantias dos portugueses comuns. Sim, é importante poluir menos e avançar no sentido da dita «transição verde». Contudo, essa transição não pode nunca ser injusta para o cidadão.

No Chega, não queremos combater a riqueza, desde que justa. No Chega, queremos combater verdadeiramente a pobreza.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Energia verde, sim, mas sem queimar a carteira dos portugueses.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao próximo orador, faço o anúncio à Câmara de que estão presentes alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, de Vila das Aves, do Externato de Penafirme, de Torres Vedras, do Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira, do Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão, da Escola Secundária Quinta do Marquês, de Carcavelos, da Universidade da Beira Interior, da Covilhã, do Curso Profissional de Técnico de Restaurante e Bar, do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (AERF), do Porto, e do Agrupamento de Escolas Passos Manuel, de Lisboa.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — No futuro serão todos do Chega!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Ávila, do Partido Socialista.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A redução do custo da energia constitui uma prioridade estratégica do Partido Socialista.

Com este objetivo reduzimos, em outubro de 2022, o imposto que incide sobre os consumos até 100 kWh por mês para 5 milhões e 300 mil consumidores e para as famílias mais numerosas. Com esta medida, 330 000 consumidores passaram a beneficiar da taxa reduzida de IVA na totalidade do seu consumo energético.

Com o objetivo de reforçar a redução da fatura da eletricidade suportada pelas famílias portuguesas, o Governo do Partido Socialista procedeu também, só no último ano, a uma injeção extraordinária de 2000 milhões

de euros no sistema elétrico que permitiu reduzir em 30 % os preços da eletricidade no mercado, no ano passado.

Estas medidas, entre outras, como a tarifa social de eletricidade, atenuaram de forma muito significativa os custos com a energia no rendimento dos portugueses e contribuíram decisivamente para reduzir o impacto da pressão inflacionista nas suas vidas. O apoio à redução do custo da eletricidade como instrumento de aumento do rendimento disponível das famílias e empresas constitui, pois, um património do Partido Socialista de que nos orgulhamos e a que queremos dar continuidade.

*Aplausos do PS.*

Como se demonstra, o esforço de atenuar os custos da energia constitui uma marca da ação governativa do PS e não surge apenas agora, como alguns vão tentar fazer crer. Para reforçar este objetivo, apresentamos esta nova proposta, que visa duplicar o consumo mensal de energia a abranger pela redução do IVA de 13 % para a taxa mínima de 6 %. Com esta medida que hoje apresentamos, vamos beneficiar todos os 5 milhões e 300 mil contratos de fornecimento de energia com potência instalada até 6,9 kVA, duplicando a capacidade que é apoiada.

Tendo em conta que a média de consumo de energia por mês por contrato é de 170 kWh, esta proposta aumenta 10 vezes — repito, 10 vezes — os consumidores que irão beneficiar da taxa de IVA mínimo sobre a totalidade do seu consumo, ou seja, mais 3 milhões e 100 mil consumidores irão usufruir de uma poupança de 7 % no valor a pagar pelo consumo de eletricidade. Ao duplicar o limite de consumo abrangido por esta redução fiscal, garantimos que 3 milhões e 430 mil consumidores paguem apenas 6 % de IVA sobre o valor total dos seus consumos de eletricidade mensais.

Aprovar esta iniciativa constitui, pois, mais um contributo para a melhoria do rendimento das famílias portuguesas e para reduzir os seus encargos com energia elétrica.

Ao apresentar esta proposta, cumprimos também mais um compromisso que assumimos com os portugueses nas últimas eleições, compromisso esse que foi validado nas urnas, é bom não esquecer, pela mesma percentagem de portugueses que apoiaram a atual solução governativa.

*Aplausos do PS.*

Esta iniciativa legislativa é apresentada, também é bom lembrar, pelo grupo parlamentar que tem exatamente a mesma representação e o mesmo número de Deputados que o maior partido que apoia o Governo.

Sr. Presidente, a redução fiscal sobre o consumo que apresentamos é coerente e consentânea com o percurso que já implementámos anteriormente para atenuar os custos da energia às famílias portuguesas. Corresponde ao compromisso que assumimos com os portugueses nas últimas eleições. Esta iniciativa constitui também a concretização de uma das cinco prioridades que definimos no início desta Legislatura para reforçar o apoio ao rendimento dos portugueses, que abrangeu também a continuação da redução dos encargos de circulação nas estradas do interior e dos custos com arrendamento de habitação e o reforço do apoio ao alojamento estudantil e aos idosos com menos rendimentos.

Para a sua concretização, já apresentámos as respetivas medidas tendentes à respetiva operacionalização nos primeiros 60 dias desta Legislatura, medidas essas que dão continuidade, de forma coerente, ao que fizemos e concretizámos nos últimos anos nestas áreas. São mais um contributo construtivo para encontrar soluções credíveis, são socialmente justas, orçamentalmente sustentáveis e vão ao encontro dos anseios e das necessidades dos portugueses.

É assim que honramos a confiança que os portugueses depositaram em nós, contribuindo para que se construam soluções legislativas que correspondem à vontade da maioria dos portugueses e que a minoria que suporta o Governo não poderá, por si só, assegurar.

É bom lembrar que 7 em cada 10 portugueses não se reveem nesta solução governativa, não optaram por ela e não a apoiaram. Saibamos todos, pois, sem arrogâncias destrutivas e irresponsáveis, mas em diálogo responsável e sereno, construir soluções como a que hoje apresentamos, que permitam conciliar o reforço do rendimento disponível dos portugueses e das suas condições de vida com o equilíbrio das contas públicas. Só assim podemos todos honrar o mandato que nos foi confiado pelos portugueses.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Não tenho inscrições para pedidos de esclarecimento. Vou, então, dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O IVA sobre a eletricidade e o gás subiu em 2011, por uma dupla responsabilidade do PS.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Primeiro, porque foi o Governo do PS que levou o País à falência e depois, porque foi o Governo do PS que acordou com a troica o aumento da taxa sobre a eletricidade e sobre o gás.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda — que por acaso não estão presentes no Hemiciclo — está aqui o Memorando. O Memorando foi assinado em maio de 2011 e, em maio de 2011, o Governo que desgovernava este País era o Governo do PS, de José Sócrates.

Quando o PS fala de IVA deveria por isso, e em primeiro lugar, pedir desculpa às famílias portuguesas pelo que aconteceu em 2011, e que foi da sua inteira responsabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Infelizmente, nunca, nem o PS dessa altura, nem o PS de agora, teve a coragem de assumir os erros da governação que levou o País à falência. Espero, no entanto, que tenham aprendido com os erros.

A proposta do PS que estamos hoje a discutir abrange apenas o aumento do consumo a uma taxa reduzida para valores absolutamente irrisórios. Mais, o consumo médio por família é de 453 kWh, o que significa que uma parte significativa do consumo de eletricidade da maior parte das famílias portuguesas continuará a ser tributado à taxa máxima de 23 %.

A redução aqui em causa tem um impacto de 1 € por família e por mês — 1 € nem para um café por mês dá! Para um partido que bateu todos os recordes de carga fiscal nos últimos oito anos, não está nada mal!

As propostas dos outros partidos são financeiramente irresponsáveis e, em alguns casos, violam mesmo a lei. A que mais se destaca nestas duas matérias é a proposta do Partido Comunista Português, Sr. Deputado Paulo Raimundo, desde logo, porque tem um custo global que ultrapassa os 900 milhões de euros.

Como é que é compensada orçamentalmente? O PCP não explica, mas, seguramente, se esta proposta fosse aprovada, a mesma teria de ser compensada com outros impostos sobre as famílias portuguesas.

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Acresce que a proposta do PCP viola o direito europeu que impede a aplicação da taxa reduzida ao consumo de gás, pelo que nunca poderia ser aplicada,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... a não ser que o PCP, em complemento, propusesse também, e de uma forma expressa, que Portugal saísse da União Europeia.

*Protestos do PCP.*

A política fiscal é feita de escolhas, Sr. Presidente e Srs. Deputados. O Governo PSD/CDS-PP fez as suas escolhas no programa eleitoral e, posteriormente, no Programa do Governo. Ainda ontem, o Governo da Aliança Democrática aprovou a redução do IRS Jovem para uma taxa mínima de 4 % e para uma taxa máxima de 15 %. É a maior redução de IRS para os jovens até aos 35 anos que alguma vez foi proposta em Portugal, a que

acresce uma isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) na compra da primeira casa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É preciso conseguir comprá-la!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Manteremos a prioridade da redução dos impostos sobre o rendimento das famílias e, em particular, dos impostos sobre os jovens. Esta é a grande prioridade do Governo da Aliança Democrática.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — É para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, quero pedir que seja distribuída pela Câmara a notícia de 5 de maio de 2011, do *Jornal de Negócios*, que se intitula: «PSD e CDS já deram OK ao plano da troica. Para a troica bastava nesta fase final um acordo oral, mas Passos e Portas dão garantia de apoio formal e por escrito.» Faremos chegar a notícia à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Será distribuída.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bateu palmas!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, antes de lhe dirigir a pergunta diretamente, noto, com alguma curiosidade, que aqueles que muitas vezes aqui vêm negar as alterações climáticas dizem agora que, afinal, até estão preocupados com isso. Quero ver como é que votarão as propostas!

*Risos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.*

Noto também o que foi dito do lado do PSD. Enfim, eu próprio disse que a redução do IVA não teria o maior dos impactos no que diz respeito ao combate à pobreza energética, mas que é uma medida simbólica em todos os sentidos e também no que diz respeito à poupança de dinheiro das famílias. Portanto, dizer que é uma medida que, por não ser drástica, não deve ser considerada, como ouvi do Grupo Parlamentar do PSD, também me parece um argumento um bocado limitado.

O Sr. Deputado Paulo Núncio falou de política fiscal, de fiscalidade, e da grande proposta — a bandeira do Governo que o senhor apoia — que é a redução do IRS Jovem, que, na verdade, vem em linha com outras propostas fiscais que o Governo que o Sr. Deputado apoia propõe e que, no fundo, beneficiam aqueles que mais têm, esquecendo aqueles que de mais apoio precisam.

Portanto, noto com alguma curiosidade que ache bem e venha aqui vangloriar-se desta proposta do IRS Jovem, quando o IRS poderia, e deveria, ter uma função de progressividade fiscal, mas aquilo que o Governo que o senhor apoia está a fazer é a diminuir essa progressividade. É curioso também que venha aqui opor-se a uma proposta — falou da do PS, mas eu falo da do Livre, que é ainda mais ambiciosa — que, essa sim, é fiscalmente justa e progressiva e que está fiscalmente ao serviço de todos, em particular dos mais frágeis do nosso País.

Como eu disse há pouco, e acho que é essencial insistir nisto: do que estamos a falar hoje é do combate à pobreza energética.

Portugal é dos países da Europa — julgo que o segundo! — onde se passa mais frio dentro de casa, onde pessoas continuam a morrer todos os anos — já aconteceu neste ano novamente —, porque se aquecem de maneiras que não são seguras.

Portanto, como é que o senhor, no que diz respeito à política fiscal, vem defender uma proposta, apresentada ontem, de redução do IRS Jovem para aqueles que já são os mais favorecidos e se opõe, em paralelo, à redução do IVA da eletricidade? É uma proposta muito mais justa, sobre um imposto que é mais injusto, porque mais cego: o IVA.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, assistimos aqui, agora que o CDS voltou a ter tempo no Parlamento, a uma intervenção sobre aprender com erros, sobre pedir desculpa, sobre a desvalorização de propostas que visam combater a pobreza energética e aliviar também os encargos para as famílias.

Todavia, o Sr. Deputado conseguiu ignorar que esteve no Governo que agravou as condições de vida dos portugueses e, já agora, com um papel central nas opções políticas em matéria fiscal.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Deputado conseguiu ignorar compromissos que, no passado — não o CDS, porque não estava nesta Câmara —, os seus parceiros de Governo assumiram em matéria de IVA de eletricidade, compromissos que, podem dizê-lo, o PS não assumia e nós dizemos que, efetivamente, assumimos compromissos diferentes e hoje reforçamo-los, mas o facto é que o Sr. Deputado conseguiu ignorá-los e não explicar à Câmara se, efetivamente, continuam ou não a defender aquilo que defendiam.

O Sr. Deputado conseguiu desrespeitar o combate à pobreza energética, desrespeitar as famílias que já tiveram alívios em matéria de IVA de eletricidade ou de fatura de eletricidade e que, agora, serão complementados, e não apresentou nenhuma alternativa, nenhuma solução, nenhuma visão de como é que chegamos, efetivamente, a medidas concretas para melhorar o nível de vida das famílias.

Por isso, Sr. Deputado, eu deixo-lhe aqui um desabafo e uma pergunta: é esta a postura que o CDS-PP terá ao longo dos vários debates sobre várias matérias fundamentais para a nossa vida em sociedade? É este o papel que teremos por parte do CDS? Não é o da apresentação de propostas, como vimos até aqui, não é o da apresentação de visões diferentes, com caminhos diferentes, mas com caminhos de soluções para as famílias? Será que aquilo que vamos ter aqui, por parte do CDS, é uma continuidade do que fizeram em quatro anos de Governo — que se esquecem sempre de referir —, entre 2011 e 2015, quando, por opção, agravaram o nível de vida dos portugueses, agravaram a política fiscal para os portugueses?

*Aplausos do PS.*

É essa a postura que o CDS não quer aqui assumir, mas vai defender ao longo dos próximos debates e também neste debate? Ou o CDS irá acompanhar a nossa — e, quem sabe, outras — propostas em matéria de redução do custo da eletricidade para mais de 3 milhões de famílias portuguesas?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Nuncio teve uma cedência de tempo de 30 segundos da IL e de 20 segundos do PSD, portanto, tem algum tempo, pouco, ainda assim, para responder.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, no pouco tempo de que disponho, vou responder, primeiro, ao Sr. Deputado Jorge Pinto, dizendo-lhe que a tabela do IRS Jovem é uma tabela anexa à tabela geral do IRS e, por isso, não altera a progressividade que já existe hoje na tabela do IRS, pelo que a pergunta que me faz não tem em conta a proposta que foi ontem apresentada pelo Governo.

A progressividade da tabela geral é exatamente a mesma progressividade que se mantém na tabela do IRS Jovem, sendo que a única diferença é que o IRS Jovem vai ter taxas substancialmente mais baixas, a começar em 4 % e a acabar em 15 %.

Relativamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, quero dizer-lhe apenas o seguinte: as medidas exigentes que o Governo do PSD e do CDS tiveram de adotar em 2011 foram resultado do Memorando de Entendimento que os senhores assinaram e da bancarrota em que o Governo do PS deixou o País.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Por isso, ainda hoje estamos à espera que o Partido Socialista peça desculpa aos portugueses por ter levado o País à bancarrota em 2011, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Aplausos do PSD.*

Era isso que os senhores deviam estar hoje a dizer aqui e, infelizmente, passou mais um dia sem o dizerem.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Na perspetiva tributária, não vejo melhor medida para reduzir o esforço fiscal dos mais desfavorecidos e aumentar o seu rendimento disponível do que baixar a taxa de IVA nos produtos e nos serviços essenciais, sendo que a eletricidade é, sem sombra de dúvida, um serviço público essencial.

Conforme já foi aqui elencado, em Portugal, a eletricidade e o gás natural já foram tributados à taxa de IVA de 6 % e foi por culpa do Governo do PS liderado por José Sócrates, que levou o País à quase bancarrota,...

*Aplausos do CH.*

... que a taxa do IVA da eletricidade e do gás natural passou do mínimo de 6 % para o máximo de 23 %, com a chegada da troica a Portugal, o que teve um tremendo impacto na vida da esmagadora maioria dos portugueses.

Desde então, em 2019, o IVA da eletricidade e do gás natural foi reduzido para 6 %, mas apenas nas tarifas de acesso, tendo deixado de fora metade dos consumidores, pois só foram abrangidos contratos até 3,45 kVA. Mais tarde, em 2020, o IVA desceu para 13 % nas habitações com uma potência contratada até 6,9 kVA e para os primeiros 100 kWh, ou, no caso das famílias numerosas, nos primeiros 150 kWh, sendo que, em setembro de 2022, o IVA foi reduzido para 6 % nesses mesmos limites, ainda que de forma temporária. Ou seja, depois do brutal aumento sofrido em 2011, os sucessivos Governos do PS nunca conseguiram reverter o castigo fiscal infligido às famílias e às empresas portuguesas devido às suas políticas expansionistas agressivas e irresponsáveis.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas vamos aos projetos de lei em discussão.

O nosso projeto de lei prevê que a eletricidade volte a ser tributada à taxa de IVA de 6 % em todos os consumos, considerando que esta redução é um importante instrumento para combater a pobreza energética no nosso País. No atual cenário, estima-se que em Portugal cerca de 3 milhões de pessoas estejam em situação de pobreza energética, das quais cerca de 660 000 se encontram em pobreza energética severa. Relembramos que esta nossa medida de redução da taxa de IVA da eletricidade para 6 % foi votada favoravelmente pelo PSD na Legislatura passada.

A grande diferença entre o nosso projeto de lei e o projeto de lei do PS é que, com o nosso projeto de lei, cada família portuguesa irá poupar, em média, 10 € mensais, enquanto no projeto de lei do PS, a redução do IVA irá traduzir-se numa mera poupança de 1 € mensal para as famílias não numerosas e de 1,5 € mensais para as famílias numerosas.

*Aplausos do CH.*

Ou seja, apesar de o projeto de lei do PS configurar uma redução de impostos, o que é positivo, não podemos ignorar o facto de custar ao erário público quase 100 milhões de euros por ano, representando este alívio fiscal para as famílias portuguesas o preço de um café por mês.

Relativamente aos projetos de lei apresentados pelas restantes forças políticas, não nos opomos à redução da taxa de IVA também para o gás, pese embora consideremos ser mais pertinente priorizar sempre as famílias que optem pela eletrificação, tida como parte do caminho para a descarbonização, sobretudo se assente em energias renováveis, além de esta medida requerer uma autorização especial por parte da Comissão Europeia.

Para terminar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não poderia deixar de fazer este alerta: caso esta Assembleia aprove a redução do IVA da energia para 6 %, tem de ficar garantido pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) que irá ocorrer uma efetiva redução do preço, não permitindo, de forma alguma, que este diferencial de IVA seja capturado pela margem de lucro dos operadores de mercado.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta discussão que hoje estamos a ter é uma tentativa do Partido Socialista e da demais oposição, mas principalmente do Partido Socialista, de fazer o Governo da oposição no Parlamento.

O PS tornou-se no partido da irresponsabilidade orçamental e acha que com uma flauta mágica, qual *Flautista de Hamelin*, consegue levar atrás o resto dos partidos representados no Parlamento — é esta a posição do Partido Socialista. Aliás, a irresponsabilidade já tem números que nós podemos aqui identificar e que a bancada do PSD já teve o cuidado de referir anteriormente: entre a isenção das portagens, a proposta própria de IRS, a aprovação pelo Partido Socialista da proposta do PCP e do Bloco de Esquerda, o alojamento estudantil, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão ainda há pouco referia, e agora o IVA da eletricidade, nós já vamos em, pelo menos, 2000 milhões de euros.

A estratégia do PS é clara e já todos a percebemos: é condicionar o Orçamento do Estado para 2025.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Se não, vejamos: se olharmos para o Orçamento do Estado de 2024, nesse Orçamento, o PS apresentou novas medidas de política que totalizavam 5000 milhões de euros — era esta a margem que o Partido Socialista considerava para novas políticas.

Ora, estes 2000 milhões de euros que já fomos aqui aprovando — e, provavelmente, vai também ser aprovada a medida do IVA da eletricidade — representam 40 % daquilo que o Partido Socialista apresentou para o Orçamento do Estado para 2024.

Ora, o que é que isto significa? Isto significa que, se continuarmos nesta empreitada do Partido Socialista, o IRS Jovem, a isenção do IMT, a isenção do imposto do selo e todas as medidas que a AD tem apresentado aqui no Parlamento podem ficar pelo caminho — é este o risco que os portugueses têm de conhecer.

A AD não é irresponsável, ao contrário do Partido Socialista; nós queremos cumprir o nosso programa e tudo faremos para cumprir o nosso programa, mas a estratégia da oposição é condicionar o cumprimento desse programa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então, para que serve a oposição?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E também há uma razão — que é preciso perceber — que justifica que o Partido Socialista tenha tido tanta pressa em apresentar estas iniciativas em pouco tempo de duração deste Parlamento: é que temos eleições europeias e já todos percebemos que o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos e o Partido Socialista querem fazer das europeias a segunda volta das legislativas.

*Protestos do PS.*

Não ficaram satisfeitos por terem perdido as eleições, e isso é profundamente lamentável.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas há algo que os portugueses também devem saber: é que todas estas iniciativas que o PS vai apresentando são para 2025, não são para agora! É preciso deixar isso claro: não é para agora, é para 2025!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, são promessas para um futuro longínquo, mas reclamam que os portugueses passam dificuldades. É verdade que passam dificuldades, mas passam dificuldades agora e vocês andam a apresentar propostas para 2025.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — E quem as vota contra são vocês!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Para terminar, queria ainda dizer, relativamente a algumas das intervenções que aqui ouvi — nomeadamente a da Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, que referiu o alojamento estudantil —, que, em março de 2023, no final do ano letivo, vocês aprovaram uma medida extraordinária sobre o alojamento estudantil quando o ano letivo estava a terminar; não a aprovaram em setembro de 2022, aprovaram-na em março de 2023, e quando chegámos ao Orçamento do Estado de 2024 não renovaram essa medida. Porque é que não renovaram essa medida?

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Agora, vêm, hipocritamente, apresentar no Parlamento uma proposta, a dizer que estão a defender os estudantes.

*Aplausos do PSD.*

Pois, a proposta para o alojamento estudantil que a AD apresentou é para entrar em vigor neste ano, já no próximo ano eletivo; não é em 2025, como os senhores prometem.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento, aos quais, presumo, pretende responder em conjunto.



O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem, então, a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, caros concidadãos presentes nas galerias, Sr. Deputado Hugo Carneiro, eu queria, neste pedido de esclarecimento, fazer um esforço para o retirar do modo «analista político» — disse que a oposição quer condicionar o Governo, o que não é novidade nenhuma, pois é o que as oposições fazem, e o Governo quer condicionar as oposições, o que também não é novidade nenhuma — e irmos lá para fora, para onde estão as pessoas e para as suas condições de vida, para nos poupar, apesar de tudo, pois já estamos há praticamente duas horas em despiques entre PS e PSD sobre quem é que nos levou a 2011, quem é que chamou a troica. Acho que até nós já estamos fartos dessa conversa, quanto mais lá fora!

**Vozes do L:** — Exatamente!

*Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O nosso estimado Colega Hugo Carneiro, que esteve comigo na Comissão de Orçamento e Finanças, várias vezes assistiu ao esforço de convencer o Governo a efetivar no terreno o Programa 3C — Casa, Conforto e Clima, e à disponibilidade que tínhamos nas audições à Associação Nacional de Municípios Portugueses e, em particular, à Associação Nacional de Freguesias, a ANAFRE, que tem a grande maioria das freguesias em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a condicionar o discurso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Queríamos implementar um programa de terreno que os presidentes de junta — que são quem conhece os seus vizinhos, quem sabe quais são as casas que precisam de arranjos — pudessem fazer de forma a gastar dinheiro do PRR e a fazer uma coisa de que o Sr. Deputado se esqueceu na sua intervenção. Se a posso resumir, o Sr. Deputado disse: «Nós não podemos dar tudo a todos no IVA da eletricidade, porque, para ajudar as pessoas a poupar na eletricidade, o Estado vai gastar muito.» Sr. Deputado, e se houvesse uma maneira de ajudar as pessoas a poupar na eletricidade e de ajudar o Estado a poupar também?

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Essa maneira é muito simples: chama-se isolar bem as casas, chama-se trocar equipamentos, chama-se aplicar um programa que já existe, que foi proposto pelo Livre e que se chama Programa 3C — Casa, Conforto e Clima. Este programa protege as pessoas, dá-lhes mais conforto, mais dignidade e mais segurança.

Ora, eu sei que o Governo do PSD/CDS gosta muito de golos de baliza aberta. É natural! Quem não gosta?! Se as coisas já estiverem prontas, é só empurrar a bola lá para dentro.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termino, Sr. Presidente, dizendo que, neste caso, a baliza está aberta: o programa existe, tem 20 % dos fundos do REPowerEU, o protocolo com as freguesias está assinado.

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A pergunta é muito simples: do que é que vocês estão à espera para empurrar a bola lá para dentro?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Deixa o Muacho falar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele fala, mas ninguém percebe nada!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro, sobre o combate à pobreza energética, nada; sobre o IVA da eletricidade, nada; sobre os 3,4 milhões de famílias que são beneficiadas pela proposta do PS, nada. Portanto, sobre este debate, nada. Então, vamos fazer outro debate, é isso? Vamos fazer outro debate.

*Aplausos do PS.*

Quanto à suposta irresponsabilidade, todas as medidas do Partido Socialista que estão a ser aprovadas estavam no programa eleitoral e estão quantificadas, estando perfeitamente acomodadas no cenário macroeconómico, que, aliás, é bem mais responsável que o vosso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aprovadas pelo Chega!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — A minha pergunta é esta: o que o Sr. Deputado Hugo Carneiro está a dizer é que esta Assembleia não pode aprovar medidas, para deixar que o Governo aprove as suas? É isso que está a dizer?

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — É mais ou menos isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu respondo!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — É isso democrático? Portanto, estamos todos inibidos de votar o que queremos, para que o Governo aprove as suas medidas? Isso é democracia? Não compreendo essa conceção de democracia.

*Aplausos do PS.*

Já agora, uma outra pergunta: se estão tão preocupados por ficarem sem recursos para aprovar as vossas medidas, porque é que aprovam as nossas? Porque é que vieram buscar a medida do CSI (complemento solidário para idosos), que não estava sequer no vosso programa?

*Aplausos do PS.*

Porque é que aprovaram, ontem, em Conselho de Ministros, a medida do alojamento estudantil, que não está sequer no vosso programa? Não compreendo, francamente.

São estas as minhas perguntas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, o Sr. Deputado Hugo Carneiro acusou os partidos que apresentam uma proposta de redução do IVA da eletricidade de estarem a fazer Governo da oposição.

Portanto, volto a repetir a pergunta que já aqui fiz hoje: quando o PSD apresentou estas propostas em 2020, e em 2023 as defendeu, estava também a fazer Governo de oposição? Era essa a lógica?

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Não se pode aprovar nada! Temos de ficar quietos!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — O Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira tentou responder, mas só veio reforçar essa posição. Ou seja, disse que ele próprio, porque queria igualmente aparecer na fotografia, também o tinha defendido em 2020 e em 2022. Enfim, sabemos que as vozes eram múltiplas, mas não percebemos bem qual a razão dessa mudança. Portanto, se estavam a fazer Governo de oposição, porque é que mudaram neste ano?

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Sabemos, também, que é preciso fazer escolhas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É isso: escolhas!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — A pergunta que lhe quero fazer, em adição à anterior, é a de saber se acha que é socialmente mais justo reduzir o IVA da eletricidade ou se, pelo contrário, acha que é reduzir o IRC das empresas multimilionárias.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Na realidade, o que os senhores fazem são escolhas, mas escolhas que nunca respondem àqueles e àquelas que mais precisam, Sr. Deputado.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar ser o mais telegráfico possível.

Sr. Deputado Rui Tavares, devo dizer que, de facto, a procura da eficiência energética é algo que nos deve unir, e une, não há dúvidas nenhuma sobre isso. Certamente, teremos novidades no Orçamento do Estado. No caso do Livre, apresentam medidas já condicionando valores orçamentais que queremos discutir em sede de Orçamento do Estado.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

No princípio, estamos de acordo. Temos de ver exatamente como é que fazemos isso.

Relativamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, acho curioso que me tenha acusado de não ter falado no tema do debate,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — O IVA da eletricidade foi uma das coisas de que se esqueceu de falar na sua intervenção!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... quando só falei no tema do debate, quantificando as medidas. Foi a própria Sr.<sup>a</sup> Deputada a trazer aqui, por exemplo, o tema do alojamento estudantil. Talvez nos queira explicar o que é que o alojamento estudantil tem a ver com o IVA da eletricidade ou com outro IVA qualquer.

*Risos e aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Posso explicar!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas também se falou aqui do IRS Jovem. Sei que os senhores estão incomodados por o Governo estar a governar. É a vida!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dor de cotovelo!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estão tão incomodados, que até o complemento solidário para idosos mexeu muito convosco. Tocámos num ponto muito sensível para vocês.

*Aplausos do Deputado do PSD Salvador Malheiro.*

Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós não estamos preocupados com as sensibilidades do Partido Socialista; estamos preocupados é com os idosos,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Vê-se!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... que mereciam esse apoio, e por isso é que aprovámos o aumento do complemento solidário para idosos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.*

Estamos preocupados com os idosos e por isso é que isentámos os medicamentos para quem beneficia do complemento solidário para idosos.

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tenho pena que a Sr.<sup>a</sup> Deputada esteja mais preocupada com quem tem a autoria da medida do que propriamente em resolver o problema das pessoas.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Mas não a tinham no programa eleitoral!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Relativamente ao Bloco de Esquerda, Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, nós temos sempre um cuidado imenso quando entregamos as iniciativas do PSD: colocar a letra com tamanho 12 e normalmente em *Times New Roman*, para que todas as pessoas consigam ler a proposta do princípio ao fim.

Estou cá desde outubro de 2019 e essas iniciativas do PSD, se for ver bem, tiveram ou medidas de compensação,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E porque não as apresentou agora?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não quis aqui referir, não sei porquê, ou eram limitadas no tempo, tinham um prazo transitório, por exemplo, para fazer face ao aumento do custo de vida.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Chama-se a isto responsabilidade!

**Vozes do CH:** — É responsabilidade orçamental!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Os senhores têm zero agora!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada só lê uma parte e ignora que a vossa medida custa 800 milhões de euros e que a iniciativa de outros partidos aqui, sobre o IVA, custa 800 milhões de euros ou mais.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É manter o IRC!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O que é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse sobre medidas de compensação? Zero! Não sabemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Dei exemplos disso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas quer cortar na Saúde? Quer cortar na Educação? Quer cortar na Defesa? Onde é que quer cortar?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nos apoios sociais!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quer cortar nos apoios sociais? Quer cortar aos polícias?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, diga! Era importante ouvir o Bloco de Esquerda.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Se não houver mais inscrições para intervenções, vamos passar para a intervenção final.

*Pausa.*

Vou passar a palavra ao Partido Socialista, para encerrar o debate.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Hugo, temos de ir almoçar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que todos os partidos ainda têm tempo e o Partido Socialista, evidentemente, deve encerrar o debate, porque é da sua autoria.

O PSD acabou de fazer uma intervenção, como sabe, por parte do Deputado Hugo Carneiro, e creio que era de bom-tom que não fizéssemos as intervenções do Grupo Parlamentar do PSD seguidas. Só por isso é que não nos inscrevemos.

Se ninguém mais se inscrever, nós temos ainda um Deputado para inscrever, mas creio que é de bom-tom parlamentar que os partidos que ainda têm tempo, se entenderem que se devem inscrever, o possam fazer, para irmos intercalando as intervenções.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Se nos derem tempo, falamos também!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, seguindo a praxe, fiz aquela observação precisamente na expectativa de que se inscrevessem, mas, mesmo depois de ter feito a observação, não se inscreveram. Não posso obrigar.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, creio que aquilo que o Sr. Deputado Hugo Soares disse faz todo o sentido, portanto, inscrevemos o Deputado Bruno Nunes, para uma intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Vou dar, então, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A única coisa que me faz lembrar este debate, praticamente a chegar ao fim, é um célebre teatro de revista onde Ivone Silva dizia que, antes da noite longa do fascismo, lutava e dava muitas ordens enquanto patroa e, no dia a seguir, acordou, após o 25 de Abril, e virou costureira, deixou de ser patroa e passou a reivindicar os seus direitos. Dizia ela, nessa rábula: «Sabem lá os senhores o que é adormecer do PCP e acordar do CDS.»

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — E começar no PSD e acabar no Chega!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Basicamente é o que acontece aqui. A oposição, que há uns meses era Governo, diz agora «foram vocês, foram vocês», e adormeceram todos lá atrás, alguns do PCP, e agora acordaram do CDS. A rábula cai na perfeição.

A realidade é que, lá em casa — para não ser misógino, vou dizer que é o António que vai ver a conta e não a Maria —, a Maria diz ao António: «Vai lá ver se, depois do debate que eles estão a ter na Assembleia da República, a conta já baixou.» E não baixou nada. Como diria o outro, «bola!» E não baixou «bola», porque os senhores não o quiseram assumir quando tinham excedente orçamental, quando estavam as contas certas. E os senhores que votavam a favor no mandato anterior dizem agora que é uma irresponsabilidade e que não podemos fazer nada disto.

No meio destas questões, dizem-se «o Governo da AD». Eu assumo que é uma posição do Partido Social Democrata e do CDS; não sei se é da AD, porque não ouvi o PPM (Partido Popular Monárquico).

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Portanto, mantenho a minha dúvida em relação ao que se passa.

*Aplausos do CH.*

O Estado não tem dinheiro, o Estado gere o dinheiro do contribuinte. Quando falamos de Estado, falamos do Estado central e falamos do Estado local.

Vejamos, então, o IVA da eletricidade para a iluminação pública, que é cobrado a 23 % às autarquias locais e ninguém fala do processo. As câmaras municipais, cada vez mais atarracadas com as contas, cada vez mais de mão estendida ao Governo, têm de pagar o IVA a 23 %. Não é uma dupla tributação para o contribuinte, mas é, no mínimo, imoral, porque se somos nós, enquanto contribuintes, que sustentamos o Orçamento do Estado, somos também nós, enquanto contribuintes, que sustentamos o orçamento municipal.

Vou dar-vos um exemplo: a Câmara Municipal de Loures, onde sou vereador, gasta anualmente 3,5 milhões de euros em iluminação pública, cerca de 1 milhão de euros em impostos, em IVA, ou seja, financia o Estado central.

Mas vamos mais longe: chegamos ao ponto de esta medida absurda fazer com que a nossa segurança esteja em causa,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L) — Estava a faltar!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... porque são vários os presidentes de câmara que, por não terem dinheiro e por terem as câmaras praticamente falidas em consequência de uma descentralização que não foi acompanhada do pacote financeiro — e já lá vamos —, dão ordens para desligar à noite, em diversas áreas dos municípios, a iluminação na via pública, colocando em causa a segurança e o bem-estar da população.

*Aplausos do CH.*

Irresponsabilidade, irresponsabilidade, irresponsabilidade.

Vimos aqui falar de pobreza energética, o que considero interessante, porque parece que querem dividir o País na questão da pobreza energética. Dizem: «Não se consegue aquecer as casas.» Sim, senhor! O interessante é a vossa traição ao sul do País, porque, se a norte, há grande dificuldade em aquecer as casas, no Alentejo e no Algarve as contas da eletricidade fazem com que as pessoas não consigam ter ar condicionado e viver com condições.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É no País todo! Não é só a norte e a sul!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas vamos ver aquilo que os senhores, de facto, tentaram alavancar ao longo deste processo: a descentralização. Mais uma vez, «Olívia patroa, Olívia costureira».

A Lei n.º 50/2018 é responsabilidade do Partido Socialista, que, em conluio com o Partido Social Democrata, decidiu criar uma grande reforma administrativa, com que estávamos praticamente todos de acordo. O problema é que não a acompanhou do devido pacote financeiro e, como tal, passámos agora, na descentralização das competências, o edificado para a responsabilidade das câmaras municipais, ficando as câmaras municipais com a responsabilidade de pagar também a eletricidade desses edifícios.

Aqui entram todos os jovens que estão presentes nas galerias, porque sabem que muitas vezes a escola não tem dinheiro para poder ligar o aquecimento ou o ar condicionado. Mas, depois, os senhores vêm para aqui, rasgam as vestes, deitam-se no chão e gritam que é uma vergonha os alunos não terem condições nas aulas. Pois não, não há dinheiro para pagar a conta da luz e vou atribuir uma responsabilidade coletiva: é culpa de vocês todos.

*Aplausos do CH.*

Esta é a realidade, porque, se é verdade que uns assinaram um memorando, é verdade que os outros não o revogaram, é verdade que uns não o alteraram. E depois, pelo meio, existem sempre aqueles que vêm com a questão dos 3C: os 3C é o importante!

Sabem o que é que os portugueses querem? O que os portugueses querem é casa, cama e comida, que é coisa que vocês não lhes dão, acrescentando bem-estar na sua vida. Com estas questões da guerra acerca do clima, esquecem por completo que temos um problema sério.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ai é?! Pelas pessoas?!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Olhe, podíamos falar do encerramento da Central Termoelétrica de Sines, que levou ao despedimento de tanta gente, e depois, durante a pandemia, assistimos a Espanha a reabrir este tipo de centrais, para ter os preços da energia mais baratos.

Portanto, meus senhores, a realidade é simples:...

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

... existem responsabilidades coletivas, e as responsabilidades coletivas são atribuíveis. Os senhores vêm aqui falar da responsabilidade dos grandes grupos económicos, mas não podem atribuir responsabilidade coletiva a todos os grupos económicos.

Contudo, há uma coisa que podemos atribuir. Retirando o Partido Chega e, sendo feita justiça, a Iniciativa Liberal, todos vocês governaram nos últimos anos, pelo que a responsabilidade do custo da eletricidade é vossa.

*Aplausos do Deputado do CH Luís Paulo Fernandes.*

Agora, a Maria e o Manel foram ver a conta e nada baixou, depois de horas e horas e horas de discussão.

Portanto, assumam a responsabilidade, porque já no mandato anterior o PSD assumia que era para baixar. Não façam agora esta figura de *Olívia Patroa, Olívia Costureira*.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Salvador Malheiro, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Chegados à parte final deste debate fixado pelo Partido Socialista — que, importa recordar, tem por título «A redução do IVA da eletricidade como medida de combate à pobreza energética» —, uma conclusão pode ser desde já retirada, a de que as motivações eleitorais da maioria das forças políticas levaram à preparação de iniciativas legislativas feitas à pressa, de forma avulsa, sem quantificação dos custos e contrapartidas e, mais grave, sem rigor técnico-científico.

*Aplausos do PSD.*

Perdemos algumas horas neste Hemiciclo a falar de rigor no que diz respeito ao direito, ao nosso Regimento, à liberdade de expressão, pelo que não podemos descurar, de forma alguma, o rigor científico.

*Aplausos do PSD.*

Vamos precisamente falar com rigor científico. A energia não é eletricidade. A eletricidade é apenas uma forma de energia.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Temos um consumo global de energia de cerca de 50 TWh — estamos a falar de um terço. Só para terem a noção, mais de metade da energia ainda advém de combustíveis fósseis. Mas sobre isto, há que ter a noção de que, de toda a eletricidade que consumimos nas nossas casas, só 7 % — repito 7 % — é usada para aquecer ou para arrefecer o ar ambiente interior.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Outro aspeto adicional é a questão de a energia ser uma forma nobre, pelo que não deve ser usada massivamente para aquecer. Quem o diz é a segunda lei da termodinâmica, é a análise exérgica dos processos.

Portanto, sobre esta matéria, e para finalizar esta parte, é importante termos a consciência de que o consumo global de eletricidade no setor doméstico representa apenas 28 % — na indústria, estamos a falar de 40 % — e não podemos esquecer que estamos a falar de pobreza energética das casas. Por isso, o tiro que alguns querem dar, se calhar, não vai acertar no alvo que pretendem.

Dito isto, importa realçar o que é fundamental: a medida principal de combate à pobreza energética é a eficiência energética.



*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É preciso reduzir as perdas térmicas, e otimizar as cargas térmicas das nossas habitações.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não existe nenhum kWh mais barato e mais limpo do que aquele cujo consumo conseguimos evitar, do que aquele que não precisamos de consumir.

*Aplausos do PSD.*

A apresentação desta medida de diminuição do IVA da eletricidade como forma de combate à pobreza energética, feita de forma desgarrada, pode originar o aumento do consumo. Ao originar o aumento do consumo, piora o nosso indicador de eficiência energética;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... distancia-nos das diretivas europeias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Pior do que tudo, pode, inclusivamente, aumentar o nosso nível de emissões de dióxido de carbono.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Neste contexto, temos de saber esperar que, no curto e no médio prazo, o Governo concretize o seu Programa nesta matéria.

É fácil ver aquilo que é importante: apostar na eficiência energética, reforçando com grande intensidade os pacotes de apoio à habitação; cumprir o disposto na Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios; e concretizar a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, e não aquilo de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui falou, isto é, de uma mera estratégia energética. Aí, sim, depois de diminuirmos as perdas, faz sentido diminuir os custos com a eletricidade. Antes, não!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E reduzir o preço da eletricidade?

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Portanto, esperemos que tudo isto aconteça no seu tempo e não fora de tempo.

Mais importante ainda, não podemos esquecer que o clima em Portugal não é igual em todas as regiões. Temos regiões distintas onde o inverno e o verão têm níveis de agressividade maiores.

*Aplausos do PSD.*

Por conseguinte, as regiões com climas mais agrestes merecem ter majoração nos apoios à habitação.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: esperemos por este plano estratégico integrado, de concretização de medidas e não de medidas avulsas; não queiramos colocar o carro à frente dos bois, com a apresentação de medidas desgarradas como estas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Partido Socialista.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Agradeço a intervenção com rigor científico do Deputado Salvador Malheiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Lição! Lição!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — No entanto, e também com rigor científico, é preciso introduzir algumas questões.

Nos últimos anos, o PS conseguiu garantir que o preço da energia em Portugal fosse, clara e demonstradamente, abaixo da média da União Europeia. Mas isto não se deveu só a uma aposta clara, certa, na forma como o Partido Socialista, nos últimos oito anos, decidiu introduzir medidas de política para a incorporação e dinamização de projetos de energia renováveis em Portugal. A manutenção de uma boa estabilidade regulatória, acompanhada pela simplificação e agilização de procedimentos, é um dos principais fatores de competitividade no nosso País, para a atração de investimento estrangeiro e também para garantir a nossa soberania energética nacional.

Também com rigor científico, é preciso analisar que, de facto, no setor doméstico, Espanha paga mais 5 % pelo preço do kW, a Europa paga mais 23 % por kW no preço da energia do que o kW nacional. No setor empresarial, ou seja, no setor não doméstico, Espanha paga mais 24 % em relação ao valor do kW no território nacional.

Na verdade, esperava mais, atendendo a que terminámos com rigor científico em relação a esta questão.

As medidas fiscais foram aqui discutidas, mas nem da parte do PSD nem da parte do Chega foi apresentada hoje alguma proposta fundamental.

Ontem, Portugal importou 38 GW de energia.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.*

O maior exercício que podíamos fazer hoje, do ponto de vista da redução do preço da energia, além de reduzir o consumo, era ver o PSD, enquanto Governo, ter a capacidade de aqui apresentar medidas para a rápida implementação de projetos solares e eólicos. Só desta forma vamos ser capazes de reduzir verdadeiramente o preço da energia em Portugal.

*Aplausos do PS.*

Só desta forma vamos ter a capacidade para conseguir introduzir o fator competitivo, e também um fator absolutamente fundamental num panorama europeu — e acredito na forma como a Europa se posiciona numa transição energética —, que é o de captar grandes investimentos verdes para o nosso País, com a energia muito mais barata.

As famílias portuguesas consomem, em média, 275 kW de energia. Ora, a proposta que o Partido Socialista apresenta, de redução no IVA da eletricidade para os consumidores de até 200 kW — e, nas famílias numerosas, até aos 300 kW —, é uma medida que, em cooperação com os grandes momentos de programação do PT2030 e do PRR, também ajuda a reduzir a dependência energética e a fatura da energia elétrica das famílias portuguesas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peço a palavra, para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, uma vez que não temos tempo, é apenas para perguntar ao Sr. Presidente se posso depreender da intervenção do Partido Socialista que acabou de ser feita, e face ao conteúdo da mesma, que o Partido Socialista vai retirar da votação a proposta que deu origem a este debate.

*Protestos do PS, do BE e do PCP.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Estamos a brincar ao Regimento?!

O Sr. **Presidente**: — Não é preciso responder, Sr. Deputado, porque não entendo isso como uma interpelação à Mesa.

Acho que todos os Srs. Deputados sabem quando estamos perante uma interpelação à Mesa ou não. É evidente que, depois de ser feita, fica na consciência de cada um se, efetivamente, fez ou não uma interpelação à Mesa, de modo que, para futuro, se tente evitar que estas situações aconteçam.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Fiquei com a consciência tranquila, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Lembro que, na minha primeira intervenção, quando tomei posse, disse que teria lealdade com todos os Srs. Deputados, pelo que também é bom que tenham lealdade com o Presidente da Mesa.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, no fim deste debate, fiquei ainda com uma dúvida: Face ao rigor de que o PSD aqui fala, gostava de saber como é que o PSD fez as contas? Isto porque, há pouco, disseram que a descida do IVA da eletricidade custava 400 milhões de euros. Há três meses, o então anterior Governo disse que custava 300 milhões. Por isso, ou o consumo aumentou muito agora, em três meses, ou alguma coisa se passa.

*Risos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

*Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.*

Acho que alguma coisa se passa. Estou a falar da eletricidade especificamente. Isto porque, há muito pouco tempo, o agora Ministro das Finanças, Miranda Sarmento, dizia que esta baixa custava 350 milhões.

Parece-me que, com medo de a Assembleia legislar, o PSD anda a inflacionar o custo das medidas que são aqui apresentadas. Portanto, gostava de saber como é que fizeram as contas, porque esse rigor é necessário.

Depois queria ainda referir outra questão. Perguntaram há pouco: «Então, no que é que vão cortar? Nos polícias? Nos enfermeiros?» Quer dizer, em 2019, como já foi aqui lembrado, o PSD apresentou esta mesma medida. Essas medidas de compensação eram o quê? Eram reduções de gastos ministeriais e de consumos intermédios. Mas o PSD não veio dizer onde é que se cortava — se era nos custos com polícias, se era nos custos com enfermeiros —, simplesmente apresentou a mesma medida.

Mais do que isso, agora diz que apresentar a medida fora do Orçamento é muito oportunista e é porque vai haver eleições. Então, mas ainda ontem o PSD apresentou o IRS Jovem, que só entra em vigor em 2025, e é para o Orçamento. Então, aí não é oportunista, não é eleitoralista?!

**Vozes da IL:** — Ah, pois é!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E quando, na Legislatura anterior, o PSD aprovou esta mesma proposta da Iniciativa Liberal, também fora do Orçamento?

*Risos da IL.*

Também não era eleitoralista? Também não era oportunista?

O que eu — ia dizer «exijo», mas não é exijo, é «espero» — espero é simplesmente que o PSD faça diferente do PS e também que tenha coerência, porque, se, na Legislatura anterior, votou, em circunstâncias totalmente iguais a estas, esta descida, deve fazer diferente,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E o custo da inflação?! Acha que o custo da inflação ainda é o mesmo?! Nem parece seu!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... deve baixar a carga fiscal sobretudo aos mais pobres e deve aprovar esta medida hoje.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais nenhum pedido de inscrição e, portanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, para fazer a última intervenção, dispondo dos tais 2 minutos suplementares em relação ao tempo disponível.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No encerramento deste debate, é importante voltar a colocar a importância do mesmo no tema do combate à pobreza energética, que é, e sempre foi, uma prioridade do Partido Socialista.

Desta forma, o último Governo aprovou, em novembro último, a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética no horizonte de 2023-2050. E, no contexto dos objetivos de descarbonização do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030, estabelecemos que a transição verde deve ser justa e coesa, protegendo os mais vulneráveis.

A pobreza energética configura-se, assim, como uma problemática com impactos ao nível do bem-estar social, qualidade de vida, saúde e oportunidade das famílias. Passar frio em casa no inverno e calor no verão é inadmissível. E é por isso que aqui estamos a atuar. Não é governar a partir do Parlamento, é mesmo cumprir o nosso programa eleitoral.

*Aplausos do PS.*

E sobre o IVA da eletricidade, o PSD é mesmo o princípio da incoerência. Relembro, neste encerramento, as intervenções sobre o tema, nesta mesma Casa, do Sr. Ministro das Finanças, quando era líder parlamentar do PSD e quando estava na oposição — é a incoerência. A mesma total falta de coerência de quem já foi três vezes desmentido pela União Europeia em matéria orçamental e económica.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Questiono também, no fim deste debate, se só o PSD, o CDS e o Governo é que estão em possibilidade de fazer propostas. É esta a democracia: existe um Parlamento que, segundo o PSD e o CDS, está impossibilitado de fazer propostas.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

Segundo os dados do INE, 20,8 % da população portuguesa vive sem capacidade para financiar o aquecimento das suas casas. E, por isso, temos de continuar este caminho. É uma situação que, necessariamente, afeta os mais velhos e os mais pobres.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

Estes números sofreram uma evolução muito positiva nos Governos do Partido Socialista. A tarifa social da eletricidade ganhou um automatismo que permitiu passar de menos de 100 000 famílias abrangidas para um número acima de 700 000, permitindo uma redução de 33,3 % na tarifa.

O PRR prevê 130 milhões de euros para o Programa Vale Eficiência, que é preciso aqui lembrar. Este programa consiste numa medida de combate à mitigação da pobreza energética e à vulnerabilidade, através de uma atribuição a famílias economicamente vulneráveis de uma mais-valia, em «vales eficiência», até ao máximo de três, com um valor unitário de 1300 €.

Desta forma, e neste princípio, apresentamos, como no passado, uma redução transitória do IVA da eletricidade. E a proposta de hoje, que votamos, reforça a abrangência, reduz o custo da energia e acaba com a sua parte transitória.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é da mais elementar justiça social a nossa proposta. Veremos quem está ao lado do combate à pobreza energética, atuando de uma forma financeiramente responsável e junto de quem mais precisa. Esta é uma medida justa e que está enquadrada no nosso cenário macroeconómico realista.

Apresentamos, assim — e será votada dentro de momentos —, uma alteração ao Código do IVA, reforçando os consumos aos quais é aplicada uma taxa reduzida, passando a aplicar-se a taxa de 6 % aos primeiros 200 kWh de energia elétrica consumida em cada mês, duplicando os atuais 100 kWh, ou a 300 kWh mensais, no caso das famílias numerosas, duplicando os atuais 150 kWh.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é altura de atuar e ver quem está ao lado das famílias portuguesas e empenhado no combate à pobreza energética.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, terminado o debate do ponto um. Peço uns instantes para perceber se temos ou não o aditamento de um ponto dois.

*Pausa.*

Entretanto, para que faça a leitura do expediente, dou a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro os Projetos de Lei n.ºs [142/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Cria a contribuição de solidariedade temporária sobre o setor da banca, para fazer face à escalada inflacionista de preços no setor da habitação e [153/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L, CDS-PP) — Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [116/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce os direitos das pacientes com diagnóstico de cancro do ovário e [117/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela cessação imediata da implementação do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica, ou Projeto MAIA, nas Escolas do Ensino Básico e Secundário.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a questão que vou agora colocar é muito simples. Para haver uma alteração à agenda, à nossa ordem de trabalhos, é preciso que haja um consenso de todos os grupos parlamentares. Há um projeto de lei que visa alterar o regime jurídico dos inquéritos parlamentares, que já é do conhecimento de todos os Deputados e grupos parlamentares, mas, para poder considerá-lo como incluído na agenda, é preciso ter a indicação de que não há nenhum grupo parlamentar que se oponha a que isso aconteça. Havendo oposição, seguramente este ponto não será acrescentado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real indica-me que quer fazer uso da palavra. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é só para sinalizar à Mesa que, apesar de não termos sido consultados, como se determina, no sentido de obter a nossa anuência...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — A nossa?! Plural?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... para colocar este projeto de lei na ordem do dia, e também no guião das votações de hoje, tendo em conta que o sentido de voto das demais bancadas para excluir o PAN dos inquéritos parlamentares se irá manter, seja nesta sessão, seja na próxima, nós não nos iremos opor,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Nós quem?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... não obstante o nosso sentido de voto ficar depois expresso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é grupo parlamentar!

O Sr. **Presidente**: — Podemos, assim, considerar que este segundo ponto passa a constar da nossa agenda para hoje.

Portanto, está alterada nesse sentido a nossa ordem do dia e, por isso, será sujeita a...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre este ponto — e, para o Sr. Presidente ficar descansado, asseguro que é mesmo uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — E para que efeitos, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é para?...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para dar nota do seguinte: o que está em causa...

O Sr. **Presidente**: — É sobre a condução dos trabalhos, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, Sr. Presidente, é sobre a questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real colocou em cima da mesa, porque não é assim como ela a colocou...

O Sr. **Presidente**: — Mas, Sr. Deputado,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real fez esta observação. E nada é simples, realmente...

*Protestos do CH.*

Sr. Deputado, diz-me que é uma interpelação em relação à condução dos trabalhos, que é o que o Regimento prevê. Peço, por isso, ao Sr. Deputado que condense o ponto em que a condução dos trabalhos não está a acontecer como devia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Então, Sr. Presidente, sobre o conteúdo da proposta que vai ser votada, peço ao Sr. Presidente...

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Que?...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que esclareça a Câmara, e quem nos está a ouvir, sobre aquilo que vai ser votado, do ponto de vista de se saber se é ou não verdade que esta norma — que vai ser votada porque todos os partidos quiseram incluí-la no Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares — exclui ou, antes, traz direitos aos Deputados únicos representantes de partido. É que a questão que se coloca aqui é, de facto,...

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, desculpe...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Não, desculpe, Sr. Deputado, mas não vou estar aqui a fazer a explicitação de qual é o conteúdo deste projeto. Não posso fazê-lo, não me compete a mim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Então, muito bem, Sr. Presidente, peço é que ele seja incluído no guião de votações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ele está incluído.  
No guião de votações...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

*Pausa.*

Sr. Deputado, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não dá o consentimento para alteração da agenda, é isso?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Presidente é que dispõe. Há consentimento ou não há consentimento?!

O Sr. **Presidente**: — É isso, Sr. Deputado, não dá o consentimento?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Sr. Deputado, acho que fui claro, mas vou repetir isto: a Mesa recebeu a indicação de que havia o consenso de todos os grupos parlamentares em relação à possibilidade de alterar a agenda, de modo a que pudéssemos acrescentar um ponto dois, relativamente a este projeto de lei que visa a alteração do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares. E é sobre isto que tenho de informar a Assembleia, sendo que informei a Assembleia e perguntei se havia algum grupo parlamentar — e, no caso, também a Deputada única — que se opusesse a essa situação.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que não se opunha e julguei que estávamos na paz do Senhor relativamente a podermos passar ao ponto segundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O problema é que ela não disse só isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Penso que estou a interpretar corretamente o Regimento, sem discussão — preciso: sem discussão —, está aqui o Sr. Secretário a dar-me esta indicação. E, seguramente, esta proposta iria ser objeto de votação depois, oportunamente, sendo inserida no guião.

Portanto, só preciso de saber — e vou repetir — se há algum grupo parlamentar que se oponha a que seja alterada a agenda, de modo a que este ponto dois seja considerado, nos termos em que acima referi. Se houver, a situação é simples: não é alterada. Se não houver, a agenda é alterada neste sentido.

E, com o devido respeito, é isto que vou perguntar: Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, mantém ou não mantém o que disse? Não preciso de mais justificações.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, só estava a esclarecer a Câmara de que não tinha sido consultada, mas que não me opunha.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, já ouvimos todos essa razão!  
Mantém ou não mantém?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mantenho, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Mantém. E pergunto aos restantes grupos parlamentares...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ela não é nenhum grupo parlamentar!

O Sr. **Presidente**: — ... se algum se opõe?

*Pausa.*

Não se opõem. Portanto, vamos continuar com os nossos trabalhos.

Vamos passar, assim, às votações regimentais, que são, deste modo, o terceiro ponto da nossa ordem do dia. Peço aos serviços que acionem o sistema de verificação de quórum, para que nos possamos registar.

*Pausa.*

Algum dos Srs. Deputados não conseguiu registar-se?

*Pausa.*

Todos conseguiram registar-se e está verificado o quórum. Vamos, então, passar às votações, pelo que peço a atenção dos Srs. Deputados.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 72/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte do estilista Manuel Alves.

Para leitura do projeto de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 14 de maio Manuel Alves, uma figura ímpar no mundo da moda portuguesa.

Manuel Alves iniciou a sua carreira nos anos 80 e rapidamente ganhou destaque no mundo da moda graças ao seu talento, criatividade, visão inovadora e compromisso com a excelência, elevando o nome de Portugal nos palcos internacionais da moda.

Fundou, com José Manuel Gonçalves, a marca Alves e Gonçalves, uma dupla que se tornou uma referência incontornável no panorama da moda portuguesa e internacional.

Para além dum criador de moda, Manuel Alves foi igualmente um mestre, um mentor e uma inspiração para muitos jovens estilistas.

Ao longo de mais de três décadas de carreira, a sua paixão pelo ofício e a sua generosidade em partilhar conhecimentos contribuíram, de modo significativo, para o desenvolvimento da moda portuguesa. O seu legado continuará a inspirar e a influenciar futuras gerações.



A Assembleia da República manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Manuel Alves e recorda com gratidão o seu inestimável contributo para a cultura e a moda em Portugal, endereçando à sua família e amigos as mais sinceras e sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Peço à Câmara que guardemos 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa. Não quis interromper antes da leitura e votação do voto de pesar, mas queria informar que não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registada a sua presença, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 132/XVI/1.ª (PS) — Aumenta o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida do IVA.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.*

O projeto de lei baixa à 5.ª Comissão.

Proseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 135/XVI/1.ª (IL) — Redução do IVA da eletricidade para a taxa reduzida de 6 % (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 137/XVI/1.ª (PAN) — Combate a pobreza energética por via do alargamento dos beneficiários das tarifas sociais de eletricidade e de fornecimento de gás natural, alterando o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 101/2011, de 30 de setembro.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 138/XVI/1.ª (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.*

Proseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 141/XVI/1.ª (PCP) — Redução do IVA da energia e das telecomunicações (altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.*

Vamos continuar com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 145/XVI/1.ª (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável à eletricidade.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE e do PAN e as abstenções do PCP e do L.*

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 147/XVI/1.ª (L) — Reduz o IVA da eletricidade e do gás para 6 %.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 148/XVI/1.ª (BE) — Garante o direito de acesso à energia como bem de primeira necessidade (sétima alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de julho – Lei dos serviços públicos essenciais).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.*

Passamos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 109/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima empreenda um debate público alargado e coloque a erradicação da pobreza energética até 2050 como uma das principais prioridades.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.*

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 114/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo medidas para maior eficiência energética e conforto habitacional através do reforço do Programa 3C – Casa, Conforto e Clima.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.*

Vamos agora votar, na generalidade, na especialidade e em votação final global o Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, BE, PCP, L e CDS-PP) — Altera o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP e o voto contra do PAN.*

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentarei uma declaração de voto oral sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede também a palavra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é para solicitar, nos termos do Regimento, a dispensa do período de redação final e do prazo contra reclamações, tendo em conta a urgência da matéria.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.  
Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentarei uma declaração de voto por escrito sobre a votação deste projeto de lei.

O Sr. **Presidente**: — Então, vou pôr à votação o requerimento de dispensa do período de redação final e de dispensa do prazo contra reclamações, apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos prosseguir, com a votação do Projeto de Resolução n.º 6/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação de gabinetes de atendimento à vítima de violência doméstica nos DIAP em todas as comarcas judiciais no território nacional.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 19/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a reversão da alteração ao artigo 4.º do Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, operada pelo Despacho n.º 7647/2023.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN.*

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 56/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à nomeação da Comissão para a elaboração de uma estratégia de prevenção do assédio no ensino superior.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.*

A finalizar estas votações, votamos agora o requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 139/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para fazer a declaração de voto oral relativa à votação do Projeto de Lei n.º 153/XVI/1.<sup>a</sup>.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, muito obrigado, é para fazer uma brevíssima declaração de voto oral.

Nós hoje votámos um projeto de lei subscrito por todos os grupos parlamentares, que nasceu de uma reflexão na Conferência de Líderes, para o qual foram consultados todos os grupos parlamentares e também a Deputada única do PAN.

Todos os grupos parlamentares, com base na reflexão que se fez na Conferência de Líderes, concordaram que era importante mudar a lei que enquadra as comissões de inquérito, que fixava que cada comissão de inquérito só podia ter um máximo de 17 Deputados.

Ora, como a pluralidade da representatividade na Assembleia da República aumentou, foi crescentemente difícil satisfazer o princípio da representatividade com a limitação de 17 elementos efetivos.

Entendemos — e bem, creio —, na Conferência de Líderes, consagrar a representatividade como um princípio a salvaguardar em todas as comissões de inquérito, acabando com a limitação dos 17 membros, assegurando que todos os partidos com grupo parlamentar estão representados e que os Deputados únicos, quando são proponentes, têm a garantia de força de lei que estão representados na comissão de inquérito.

Portanto, não é verdade que tenha havido algum partido ou alguma representação parlamentar que não tenha sido consultada neste processo, porque se assim fosse nem teria sido possível que tivéssemos aprovado este projeto de lei numa velocidade recorde.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de anunciar a ordem do dia da nossa próxima sessão, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Presidente, é para informar a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, os Srs. Deputados Ana Sofia Antunes, Edite Estrela, João Azevedo e Miguel Iglésias, do Partido Socialista, e o Sr. Deputado Gonçalo Valente, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Presidente**: — A ordem do dia para a nossa próxima sessão, do dia 11 de junho, é fixada pelo CDS-PP, com tema a indicar.

Bom fim de semana.

Está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 46 minutos.*

---

*Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

**Nota:** *A declaração de voto anunciada pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

---

*Relativa aos Projetos de Lei n.ºs 50/XVI/1.ª, 56/XVI/1.ª, 57/XVI/1.ª, 58/XVI/1.ª e 60/XVI/1.ª e aos Projetos de Resolução n.ºs 35/XVI/1.ª e 39/XVI/1.ª [votados na reunião plenária de 24 de abril de 2024 — DAR I Série n.º 10 (2024-04-26)]:*

Como reafirmámos no debate, reiteramos a manifestação tornada pública pelo Secretário-Geral do Partido Socialista (PS), Pedro Nuno Santos, quanto à total disponibilidade para participar ativamente num «plano concertado» de revisão de carreiras e de valorização salarial para todos os profissionais de saúde e, obviamente, também para os enfermeiros.

Foi igualmente manifestado que a disponibilidade do Partido Socialista para este acordo pressupõe uma negociação prévia com as organizações representativas dos trabalhadores e é por esse facto que não acompanhamos projetos de lei *ad hoc* que, no todo, não resolvem aquilo a que um processo concertado de revisão de carreiras dará resposta.

Excetuamos o Projeto de Lei n.º 60/XVI/1.ª, que desde já acompanhamos, por se reportar a uma matéria que já se encontrava em fase muito avançada de resolução pelo anterior Governo que viu a Legislatura prematuramente interrompida.

No entanto, este projeto de lei do Livre, que visa posições virtuais quanto às remunerações, merece ser trabalhado em sede de comissão especializada permanente, porque há que analisar a viabilidade de se ser mais abrangente noutras situações de modo a garantir que, numa subida para categoria superior, quando haja correspondência de níveis remuneratórios, entre o de origem e o de destino, o trabalhador seja colocado com o nível remuneratório seguinte mais próximo.

Consideramos desejável que a abordagem destes temas decorra integrada num processo negocial mais vasto, de modo a alcançar soluções robustas, porque sustentáveis no futuro.

Quanto aos dois projetos de resolução, a abstenção resulta exclusivamente do facto do primeiro ponto de cada um deles não ter a nossa concordância, até porque se trata de assunto que foi objeto de negociação com as organizações representativas dos trabalhadores, tendo-se chegado à atribuição de 1,5 pontos, de 2004 a

2014. Também não merece o nosso acompanhamento, nesta fase, parte do ponto 3 do Projeto de Resolução n.º 35/XVI/1.<sup>a</sup>, que está fora do âmbito da equiparação de posições remuneratórias de base, exatamente pela importância da tal concertação alargada.

Assim, acompanhamos o ponto 2 do Projeto de Resolução n.º 35/XVI/1.<sup>a</sup>, relativo a uma situação que estava em curso com o Governo socialista e que pretendemos que continue. Referimo-nos à resolução casuística das situações que eventualmente ainda estejam por resolver no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 80-B/2022, de novembro, a que se juntam as cerca de 1000 que o Governo socialista já resolveu nestas condições, para além das 18 000 que foram resolvidas imediatamente e de uma vez.

Acompanhamos também o ponto 2 do Projeto de Resolução n.º 39/XVI/1.<sup>a</sup>, no que reflete o que assumimos no nosso programa eleitoral e que aí se transpõe, «equiparar a posição de entrada dos enfermeiros aos licenciados da carreira geral da Administração Pública», e que pretendia abordar-se no ano em curso para aplicação célere, não fora, reafirma-se, a interrupção precoce da governação da maioria absoluta do Partido Socialista.

A Deputada do Partido Socialista, *Eurídice Pereira*.

[Recebida na Divisão de Redação a 23 de maio de 2024.]

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.